



UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

**OPVC** OBSERVATÓRIO PERMANENTE VIOLÊNCIA & CRIME

OPVC

# Relatório

Diagnóstico Local de  
Segurança Vila Nova de Gaia

Laura M. Nunes & Ana Isabel Sani

# **Relatório**

## **Diagnóstico Local de Segurança**

### **Vila Nova de Gaia**

#### **Coordenadores do estudo**

Laura M. Nunes

Ana Isabel Sani

#### **Colaboradores de investigação**

Sílvia Martins

**Conclusão do relatório:** Julho, 2013

**Data de Publicação:** 2014

**ISBN:** 978-989-643-128-0

**Edições:** Fundação Fernando Pessoa

**Local:** Porto

# Índice

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Introdução .....</b>                         | <b>1</b>  |
| <b>Vila Nova de Gaia – Caracterização .....</b> | <b>3</b>  |
| <b>Enquadramento Conceptual .....</b>           | <b>4</b>  |
| <b>Método .....</b>                             | <b>9</b>  |
| <b>O Inquérito: Resultados .....</b>            | <b>10</b> |
| A. DADOS SÓCIODEMOGRÁFICOS .....                | 10        |
| B. PERCEÇÃO DE SEGURANÇA / INSEGURANÇA.....     | 14        |
| C. VITIMAÇÃO.....                               | 20        |
| D. CONTROLO SOCIAL .....                        | 38        |
| E. PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA .....               | 46        |
| <b>Análise Reflexiva dos Resultados.....</b>    | <b>52</b> |
| <b>Referências.....</b>                         | <b>60</b> |

## Índice de Tabelas

|  |    |
|--|----|
| Tabela 1. Distribuição por frequências quanto ao sexo.....                             | 10 |
| Tabela 2. Distribuição por frequências quanto à idade por intervalos. ....             | 10 |
| Tabela 3. Distribuição por frequências quanto à nacionalidade. ....                    | 11 |
| Tabela 4. Distribuição por frequências quanto ao estado civil. ....                    | 11 |
| Tabela 5. Distribuição por frequências quanto à escolaridade.....                      | 11 |
| Tabela 6. Distribuição por frequências quanto ao tipo de habitação. ....               | 12 |
| Tabela 7. Distribuição por frequências quanto à situação ocupacional. ....             | 12 |
| Tabela 8. Distribuição por frequências quanto a viverem sós ou acompanhados.....       | 13 |
| Tabela 9. Distribuição por frequências relativamente às pessoas com quem coabitam..... | 13 |
| Tabela 10. Perceção de (in)segurança. ....   | 14 |
| Tabela 11. Fundamentos para a perceção de (in)segurança. ....                          | 15 |
| Tabela 12. Perceção da evolução da criminalidade. ....                                 | 16 |
| Tabela 13. Fundamentos para a perceção da evolução da criminalidade. ....              | 16 |
| Tabela 14. Perceção dos crimes mais praticados.....                                    | 17 |
| Tabela 15. Perceção dos crimes mais temidos. ....                                      | 18 |
| Tabela 16. Condições favorecedoras do crime. ....                                      | 19 |
| Tabela 17. Incivilidades identificadas. ....   | 19 |
| Tabela 18. Vítimas/Não vítimas de crime nos últimos 5 anos. ....                       | 21 |
| Tabela 19. Tipologia de crimes para a vitimação.....                                   | 22 |
| Tabela 20. Consequências da vitimação. ....  | 22 |
| Tabela 21. Período do dia em que ocorreu o crime. ....                                 | 23 |
| Tabela 22. Local de ocorrência do crime. ....  | 23 |
| Tabela 23. Situação da vítima, quanto a estar só ou acompanhado.....                   | 24 |
| Tabela 24. Relação ofensor - vítima. ....  | 24 |
| Tabela 25. Contacto / não contacto com as autoridades. ....                            | 25 |
| Tabela 26. Motivos para o contacto / não contacto com as autoridades.....              | 25 |
| Tabela 27. Formalização/Não formalização da queixa.....                                | 26 |
| Tabela 28. Motivos para a formalização/não formalização da queixa. ....                | 27 |
| Tabela 29. Perceção das medidas tomadas pelas autoridades. ....                        | 28 |
| Tabela 30. (In)satisfação face às medidas tomadas pelas autoridades. ....              | 28 |
| Tabela 31. Motivos para a (in)satisfação com as medidas tomadas. ....                  | 29 |

|  |           |
|--|-----------|
| <b>Tabela 32. Pessoas conhecidas vítimas de crime nos últimos 5 anos.....</b>                            | <b>30</b> |
| <b>Tabela 33. Relação participante – vítima (vitimação indireta).....</b>                                | <b>30</b> |
| <b>Tabela 34. Tipologia de crimes sofridos pelas vítimas (vitimação indireta) .....</b>                  | <b>31</b> |
| <b>Tabela 35. Consequências da vitimação (vitimação indireta) .....</b>                                  | <b>31</b> |
| <b>Tabela 36. Período do dia em que ocorreu o crime (vitimação indireta).....</b>                        | <b>32</b> |
| <b>Tabela 37. Local de ocorrência do crime (vitimação indireta). .....</b>                               | <b>32</b> |
| <b>Tabela 38. Situação da vítima, quanto a estar só ou acompanhada (vitimação indireta). ..</b>          | <b>33</b> |
| <b>Tabela 39. Relação ofensor – vítima (vitimação indireta).....</b>                                     | <b>33</b> |
| <b>Tabela 40. Contacto/Não contacto com as autoridades (vitimação indireta). .....</b>                   | <b>33</b> |
| <b>Tabela 41. Motivos para o contacto / não contacto com as autoridades (vitimação indireta).....</b>    | <b>34</b> |
| <b>Tabela 42. Formalização/Não formalização da queixa (vitimação indireta).....</b>                      | <b>35</b> |
| <b>Tabela 43. Motivos para a formalização/não formalização da queixa (vitimação indireta).....</b>       | <b>35</b> |
| <b>Tabela 44. Perceção das medidas tomadas pelas autoridades (vitimação indireta).....</b>               | <b>36</b> |
| <b>Tabela 45. (In)satisfação face às medidas tomadas pelas autoridades (vitimação indireta).....</b>     | <b>37</b> |
| <b>Tabela 46. Motivos para a (in)satisfação com as medidas tomadas (vitimação indireta). .</b>           | <b>37</b> |
| <b>Tabela 47. Perceções da ação dos agentes de autoridade. ....</b>                                      | <b>39</b> |
| <b>Tabela 48. Fundamentação das perceções da ação dos agentes de autoridade.....</b>                     | <b>40</b> |
| <b>Tabela 49. Grau de (in)satisfação quanto à ação dos agentes de autoridade.....</b>                    | <b>41</b> |
| <b>Tabela 50. Fundamentação (in)satisfação quanto à ação dos agentes de autoridade.....</b>              | <b>42</b> |
| <b>Tabela 51. Frequência do recurso ao apoio dos vizinhos. ....</b>                                      | <b>42</b> |
| <b>Tabela 52. Fundamentação do recurso ao apoio dos vizinhos. ....</b>                                   | <b>43</b> |
| <b>Tabela 53. Frequência do recurso a entidades locais de apoio. ....</b>                                | <b>44</b> |
| <b>Tabela 54. Fundamentação do recurso ao apoio de entidades locais.....</b>                             | <b>45</b> |
| <b>Tabela 55. Recurso a entidades formais. ....</b>  | <b>46</b> |
| <b>Tabela 56. Anos de residência/trabalho/estudo na comunidade.....</b>                                  | <b>48</b> |
| <b>Tabela 57. Mudanças percebidas para melhoria da qualidade de vida. ....</b>                           | <b>49</b> |
| <b>Tabela 58. Mudanças percebidas para aumentar a segurança. ....</b>                                    | <b>50</b> |
| <b>Tabela 59. Disposição para colaborar/não colaborar no sentido da maior segurança.....</b>             | <b>51</b> |
| <b>Tabela 60. Fundamentação para colaborar/não colaborar com as autoridades.....</b>                     | <b>51</b> |
| <b>Tabela 61. Presença / Ausência de ligação do individuo à comunidade. ....</b>                         | <b>52</b> |
| <b>Tabela 62. Fundamentação para a existência/ausência de sentimentos de pertença à comunidade. ....</b> | <b>53</b> |



# Introdução

---

Apenas separadas pelo rio Douro, as áreas centrais do Porto e de Vila Nova de Gaia apresentam-se contíguas e, conseqüentemente, com algumas similaridades aos níveis demográfico, económico, social e cultural. O centro histórico de Vila Nova de Gaia integra-se na Freguesia de Santa Marinha e, à semelhança do que tem vindo a ocorrer noutras paragens, tende a ser abandonado pelos mais jovens, que procuram outros espaços para habitar (Magalhães, 2007). Por isso, trata-se de uma região em que a população tem vindo a envelhecer progressivamente.

Pertencente ao Distrito do Porto, Vila Nova de Gaia é um dos municípios da área Metropolitana do Porto, e foi elevada a cidade na década de oitenta do século passado. O Vinho do Porto constitui a principal riqueza da região, a que não faltam as marcas dessa produção, objetivamente visíveis nos barcos rebelos e nos majestosos armazéns, tendo sido aí que se instalou a Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro, no século XVIII (Pereira, 2000). Em Vila Nova de Gaia, o turismo assume uma importância influente no desenvolvimento da região muito embora, naturalmente, também acarrete outro tipo de influências, sentidas a diversos níveis (Ferreira, 2011), de que não podem ser excluídos alguns dos sinais deixados, por exemplo, pelo processo de globalização, sendo possível constatar-se que o crime tem proliferado à sombra da globalização e, concomitantemente, se tem globalizado (Nunes, 2010).

No que a Vila Nova de Gaia diz respeito, o envelhecimento da população, a par das reduzidas taxas de natalidade, e a presença de alguns fenómenos sociais como a toxicoddependência e o desemprego, implicam uma análise mais detalhada sobre aspetos mais ou menos diretamente relacionados com as questões da segurança/insegurança.

Portanto, foi sobre Vila Nova de Gaia que se impôs a realização de um Diagnóstico Local de Segurança (DLS), solicitado pelo Comando Metropolitano do Porto – Polícia de Segurança Pública (PSP), através do protocolo estabelecido entre essa instância de controlo social e a Universidade Fernando Pessoa, num esforço conjunto de articulação entre a investigação científica e a sua aplicação à melhoria das condições de vida das populações. Essa meta impôs que o estudo se focalizasse no seu objetivo geral, de obter um conhecimento mais profundo e simultaneamente mais alargado a respeito das especificidades daquela população, em termos de criminalidade e (in)segurança

percebidas. Mais especificamente, esta análise comunitária propôs-se captar a percepção dos indivíduos que integram aquela comunidade quanto a aspetos como, a criminalidade presente e/ou temida, as experiências de vitimação vividas, a atuação das instituições formais de controlo social que ali operam, e o envolvimento comunitário com presença / ausência de sentimentos de pertença à comunidade.

Para tanto, o estudo foi pensado tendo em atenção a ideia central retirada de diversas experiências internacionais. Essa ideia basilar remete para o facto de que um policiamento focalizado e orientado afeta positivamente o controlo do crime, promove a ordem pública e, obviamente, melhora a qualidade de vida das populações (Dixon & Maher, 2004). Ora, sob esta perspetiva, torna-se imperativo o aproveitamento das conclusões alcançadas pela investigação desenvolvida ao nível das Ciências Sociais, num esforço de avaliação das diferentes áreas urbanas, visando o levantamento de informação relativa à criminalidade e à segurança/insegurança aí percebidas, através dos designados DLS's que, saliente-se, se têm revelado muito proveitosos em diversos cenários internacionais, ao nível da cooperação e tendo em vista a prevenção criminal. O desenvolvimento de DLS's possibilita a obtenção de elementos que permitam contextualizar a comunidade em análise, através da averiguação do que aí se passa em termos de crime, violência, vitimação e consequências associadas a tais ocorrências, proporcionando-nos a oportunidade de reconhecer e traçar padrões que integrem a presença de fatores de risco para as práticas criminais e violentas (Direcção de Administração Interna, 2009).

Este relatório resulta precisamente dessa análise, centrada em Vila Nova de Gaia, e apresenta informação distribuída por diferentes partes. Assim, apresentar-se-á a caracterização da região, seguida de um breve enquadramento teórico para, posteriormente, se passar às questões do estudo empírico propriamente dito. Nesse contexto, apresentar-se-á o método e, imediatamente a seguir, descrever-se-ão os resultados a partir dos quais se extrairão as conclusões que, evidentemente, fecharão este documento.

# Vila Nova de Gaia – Caracterização

---

Atualmente, e de acordo com o Município, a evolução demográfica de Vila Nova de Gaia apresenta-se, simultaneamente, como um desafio e uma oportunidade, dada a tendência para o envelhecimento da população, já anteriormente referido, com decréscimo ao nível da taxa de natalidade, num concelho constituído por 24 freguesias que ocupam uma área de 168,4 Km<sup>2</sup>, habitada por 315 382 residentes, repartidos entre 151 986 indivíduos do sexo masculino e 163 396 do sexo feminino - dados de 2009. Alguns outros aspetos que caracterizam a população ligam-se a domínios problemáticos, de que são exemplos a toxicoddependência presente em 871 indivíduos com registo nos serviços de atendimento, e a violência doméstica que, entre 2009 e 2010, registou 958 processos (Rito & Nunes, 2012). Assim sendo, e perante a realidade espelhada pelo documento acabado de referir, é de todo pertinente que nos debrucemos sobre esta região.

No entanto, a caracterização da região carece que se abordem outros aspetos, de que se destaca o quadro evolutivo recente da criminalidade. Assim, a esse respeito, pode afirmar-se que, de acordo com os registos e entre os anos de 2010 e 2011, se constatou um ligeiríssimo aumento da criminalidade. Não obstante, esse aumento não pode ser interpretado em termos absolutos, na medida em que o crime contra o património, por exemplo, mantendo-se com um peso significativo sobre a totalidade de crimes, sofreu um decréscimo de 2010 para 2011. Por outro lado, a distribuição geográfica da criminalidade não revela um padrão homogéneo, tal como ocorre com a distribuição temporal do crime, em função da hora do dia. A mesma heterogeneidade de distribuição temporal contata-se também em função dos meses do ano (Comando Metropolitano do Porto, 2012), pelo que se deve ter algum cuidado com as interpretações que se fazem das estatísticas não contextualizadas.

Essa contextualização é um dos imperativos destas análises, bem como a preocupação com as perceções das populações que habitam as áreas urbanas nas quais se pretende otimizar a segurança. Ora, uma avaliação de carácter comunitário exige fundamentação científica.

# Enquadramento Conceptual

---

A avaliação comunitária, tendo em vista a emissão de um diagnóstico que permita o estabelecimento de um retrato do que se passa em determinada área urbana, possibilita o acesso a um esquema de inteligibilidade sobre os fenómenos ali presentes. É esse esquema de inteligibilidade que sustenta a edificação de programas de prevenção eficazes, aos níveis primário, secundário e terciário, não esquecendo, obviamente, a dimensão dos espaços físicos que, de acordo com Jeffery (1999), tão implicados estão nestas questões criminais. Evidentemente, serão muitos os fatores que podem estar associados ao crime, podendo referir-se alguns, como a relação com o fenómeno das drogas (Agra, 1996; Nunes, 2011; Parent & Brochu, 1999) ou com os mecanismos de controlo social (Hirschi, 2002).

Assim sendo, estas análises servem o propósito de melhor se conhecerem as diferentes realidades das diversas comunidades, sob um ponto de vista científico que, finalmente, contribui para o repensar de medidas práticas e aplicáveis pelas forças de polícia. Portanto, este tipo de investigação deve centrar-se essencialmente no que poderá ser facilitador do trabalho que os agentes de polícia desenvolvem diariamente em prol da nossa segurança. Ora, esse trabalho de manutenção da ordem e da segurança, de acordo com Blagden (2012), implica que os agentes de polícia tenham de gerir as suas emoções, o perigo constantemente presente nas suas ações, a dissonância cognitiva tantas vezes instalada a quando da necessidade de tomadas de decisão tão rápidas quanto difíceis, e a exaustão com possível falência de recursos psíquicos não raras vezes conducente ao *burnout* dos polícias.

A propósito do que acaba de ser referido, importa salientar que áreas como a Psicologia e a própria Criminologia têm vindo a dar um importante contributo no sentido de que se conheçam melhor algumas especificidades e consequências da extrema pressão em que laboram os agentes policiais, altamente expostos ao stress (Elison, 2004). De acordo com Kapardis (2010), a investigação científica na área das Ciências Humanas e Sociais, mais especificamente no campo dos comportamentos, tem vindo a ganhar influência sobre o funcionamento e as estratégias policiais, nos mais diversos contextos de atuação de tais forças. Ainda segundo o mesmo autor, e com reconhecimento da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO) (Yuille, 1986), desde há algumas décadas que é sabido que as

Ciências do Comportamento apresentam um papel fulcral no desenvolvimento do trabalho policial, desde a seleção ao treino. Por outro lado, a imprevisibilidade associada às dificuldades em operar em determinadas áreas urbanas impõem a focalização de atenção sobre os eventos críticos que possam implicar a intervenção em crise junto de muitos dos agentes, dado o elevado risco da sua profissão (Paton, Violanti, Burke & Gehrke, 2009).

A presença de risco na realização de múltiplas atividades a que o agente de polícia deve dedicar-se, a par da exposição a fatores indutores de elevada tensão identificada desde há muito (Territo & Vetter, 1981) e em diversos países (Souza, Minayo, Silva & Pires, 2012), sobretudo em comunidades com particular tendência para um perfil problemático, reforça a ideia de avaliar para, posteriormente, repensar a atuação policial.

Na verdade, a ação criminosa carece da sua contextualização em termos sociais, económicos e culturais (Nunes & Trindade, no prelo) e, conseqüentemente, o moderno conceito de policiamento implica a consideração de uma filosofia baseada em ideias que potenciem a criação / organização de mecanismos estratégicos adequados, suportados por parcerias dinâmicas assentes na construção do conhecimento e voltadas para a implementação de técnicas ancoradas na resolução dos problemas das populações (Community Oriented Policing Services, 2009). Esta será a vertente que potenciará o estabelecimento de uma aliança colaborativa entre polícias e comunidades, num registo de observância de quatro princípios básicos (Skogan & Frydler, 2004): *enquadramento comunitário*, numa postura voltada para a *resolução de problemas*, mediante a *transformação organizacional* das próprias estruturas de controlo social, a que se deve juntar a atenção à *prevenção do crime*.

Enfim, as exigências decorrentes das drásticas mudanças sentidas nas modernas sociedades impõem essa articulação entre polícia e cidadãos (Bengochea, Guimarães, Gomes & Abreu, 2004), sobretudo nas grandes urbes, com elevada densidade populacional e em que parecem ter-se instalado condições favorecedoras do crime (Fischer & Green, 2004). Por tudo quanto até aqui foi sendo referido e atendendo a autores que se têm debruçado sobre estas questões (Nunes, 2011; Sani & Nunes, 2013; Skolnick & Bayley, 2006), deve procurar-se a contextualização da ação criminosa, através da adequação de instrumentos de avaliação desenhados para captar as especificidades de cada comunidade. Sendo esse o ponto de vista de que partiu a ideia dos DLS's, parece

pertinente salientar que a própria Organização das Nações Unidas (ONU) incluiu tais análises no conjunto de princípios que aponta como referenciais para a conjugação de respostas integradas de prevenção criminal e que passam a apresentar-se (United Nations Office on Drugs and Crime, 2006):

a) Desde logo, deve proceder-se à realização de estudos que possibilitem o levantamento de diagnósticos locais sobre o fenómeno do crime, a respeito das suas características, quanto aos fatores que o potenciam, e atendendo à forma como se manifesta e à sua extensão;

b) De seguida, é imperativa a identificação dos atores sociais envolvidos que pareçam mais relevantes e que possam ter um papel significativo nesses estudos de diagnóstico local, bem como no próprio combate ao crime;

c) Evidentemente, e em associação às alíneas anteriores, deve apostar-se no estabelecimento de mecanismos promotores/facilitadores da troca de informações, por via de um empenhado trabalho de articulação e parceria, e mediante estratégias coerentes e consertadas;

d) Por último, mas nem por isso menos importante, impõe-se a adoção de uma postura de procura de possíveis soluções para os problemas, sempre de forma localmente contextualizada.

Tendo em consideração a importância de, numa perspetiva moderna da segurança e daqueles que tentam garanti-la, se estabelecer um relacionamento de reciprocidade e de mútuo compromisso entre as forças policiais e a sociedade (Bayley, 2006), deve proceder-se a avaliações que, envolvendo dinamicamente as populações, constituam desde logo um meio de ir intervindo e mobilizando cidadãos, a par da recolha de informações essenciais ao conhecimento das particularidades de cada comunidade. Esse é precisamente o intuito com que se pensou na realização de um DLS nesta comunidade, já que tais diagnósticos implicam a captura das perceções das populações, num esforço de lhes dar voz e de as auscultar recolhendo elementos que permitam adequar as modalidades de prevenção criminal e de policiamento às especificidades de cada área particular.

Através destas medidas procura-se também encontrar bases que sustentem o repensar das modalidades de policiamento que, de acordo com Lisboa e Dias (2008), devem integrar dinâmicas e estratégias interação permanente com o meio envolvente. Essa

necessária interação com o meio implica, logicamente, uma postura que envolva as comunidades, não só na prevenção criminal, como também na atenção a dar às vítimas de crime (Cusson, 2000). Na sequência de tudo quanto tem sido aqui referido, importa salientar a relevância do papel desempenhado pelos próprios agentes de polícia, numa nova visão que requer a promoção de estratégias suportadas no estabelecimento de parcerias e que recorram sistematicamente a técnicas de resolução de problemas, numa postura proactiva, dinâmica e acessível (Community Oriented Policing Services, 2009).

Assim, importava atender ao que tem vindo a ser apontado pelos mais recentes investigadores nesta matéria, não esquecendo as recomendações e sugestões que nos têm chegado, quer das Nações Unidas, quer da Direção Geral de Administração Interna, no sentido de avaliar para melhor delinear modalidades de prevenção e padrões de policiamento que obedeçam a uma nova filosofia. Essa nova forma de pensar o policiamento e a segurança rege-se, de acordo com Skogan e Frydler (2004) por princípios de colaboração entre a polícia e a população que vive as situações problemáticas da sua área de residência e que conhece sobejamente os problemas da comunidade a que pertence.

Portanto, e mediante os objetivos previamente traçados, impôs-se uma recolha de dados que se centrasse nos domínios seguintes:

a) Domínio do crime e da segurança, através da exploração das perceções das populações a respeito do crime que ali ocorre e da segurança/insegurança sentidas, já que são elementos essenciais e que afetam as componentes social, económica e de desenvolvimento das comunidades (Carrión, 2002). Falar-se em segurança/insegurança não pode deixar de nos lembrar que nem sempre é apenas o crime a levar a sentimentos de insegurança, que podem ser potenciados, por exemplo, pela presença visível de incivildades (Brites, 2010; Colmán & Souza, 2009);

b) Domínio da vitimação, por via do acesso às situações de vitimação sofridas pelas pessoas, uma vez que não basta fazer o levantamento da criminalidade existente, devendo atender-se também às vítimas desses crimes. Na verdade, a manutenção de registos atualizados e realistas das ocorrências de vitimação é já uma tarefa praticamente impossível, o que se reflete na dificuldade em desenhar e implementar estratégias adequadas a cada região. Por isso, é fundamental proceder à recolha de dados a respeito das vítimas de crime em áreas problemáticas nas quais, muitas vezes e segundo Eckert

(2002), se vive um medo que afeta particularmente a vida diária das pessoas. Acresce o facto de que o inquérito de vitimação possibilita também a captura das percepções a respeito da insegurança e da criminalidade praticada (Seabra, 2005);

c) Domínio do controlo social e da garantia de segurança, como área a explorar na sequência dos aspetos referidos nas alíneas anteriores. Revelou-se igualmente importante analisar as percepções a respeito das instituições de controlo social. Efetivamente, as respostas policiais ao crime podem relacionar-se com a forma como evolui o fenómeno, podendo contribuir para a instalação de uma sensação de insegurança e de medo do crime (Neme, 2005);

d) Domínio dos sentimentos de pertença comunitária, numa postura de entendimento do envolvimento comunitário das pessoas. Trata-se de um aspeto que pode contribuir para a instalação de um modelo de policiamento mais adaptado à atual ideia de prevenção do crime (Skolnick & Bayley, 2006). Deve salientar-se que o sentimento de pertença à comunidade constitui uma poderosa ferramenta para enfrentar as exigências do mundo atual (McMillan & Clavis, 1986), estando relacionado com sentimentos de proteção e de segurança (Omoto & Snyder, 2002).

Assim, e atendendo a tudo o que foi sendo referido até aqui, passou-se ao desenvolvimento do estudo cuja apresentação se segue.

# Método

---

Face ao objetivo geral respeitante à captura da perceção da população relativamente aos elementos anteriormente expostos, passou-se à elaboração de um inquérito, suportado pela técnica do questionário. Este último constitui-se por questões fechadas e abertas, a fim de que se recolhessem os dados mais concretos e objetivos, sem que se perdesse a riqueza dos dados de natureza qualitativa. Recorreu-se ao questionário para levantamento de dados do DLS (Sani & Nunes, 2013), anteriormente construído para este fim.

Assim, e antes de se passar à apresentação do instrumento usado para a recolha de dados, é pertinente estabelecer que este estudo seguiu um desenho exploratório, descritivo, transversal, observacional e pontuado pelas limitações decorrentes de se basear no autorrelato.

O questionário constitui-se de cinco partes, a primeira das quais (parte A) relacionada com os dados sociodemográficos, logo seguida de uma segunda parte (B) em que se procura apurar a forma como é percecionada a segurança naquela área urbana; posteriormente apresenta-se a terceira parte (C), centrada nas questões da vitimação para, numa quarta parte (D), se focalizar a avaliação do controlo social formal e a forma como é percebido o fenómeno criminal e o combate ao crime; por fim, a quinta e última parte (E) centra-se, essencialmente, no envolvimento dos cidadãos na resolução dos problemas da sua comunidade, bem como na sua ligação ao local onde se movem diariamente.

Foi então iniciada a parte da contribuição empírica de um estudo exploratório, descritivo, transversal, observacional e baseado no autorrelato.

Uma vez concluída a etapa de recolha de informações e após o tratamento estatístico das mesmas, parece ser chegado o momento de apresentar os resultados daí extraídos.

# O Inquérito: Resultados

---

## A. DADOS SÓCIODEMOGRÁFICOS

Foram inquiridos, no total, 200 indivíduos (n amostral) de ambos os sexos (cf. Tabela 1), com idades compreendidas entre os 16 e os 97 anos, sendo a média etária de 56.2 anos, com um desvio padrão de 18.1, numa amostra multimodal em que a maior frequência de idades correspondeu aos 67 e aos 68 anos. A distribuição por categorias etárias foi reveladora de uma amostra predominantemente adulta e idosa, o que reflete as características demográficas da região (cf. Tabela 2).

| 1.1. Sexo      |                     |                         |
|----------------|---------------------|-------------------------|
| Respostas      | Frequência Absoluta | Frequência Relativa (%) |
| Masculino      | 85                  | 42.5                    |
| Feminino       | 115                 | 57.5                    |
| <b>Total/n</b> | <b>200</b>          | <b>100.0</b>            |

Tabela 1. Distribuição por frequências quanto ao sexo.

| 1.2. Idade      |                     |                         |
|-----------------|---------------------|-------------------------|
| Respostas       | Frequência Absoluta | Frequência Relativa (%) |
| Dos 15 aos 24   | 18                  | 9.0                     |
| Dos 25 aos 34   | 18                  | 9.0                     |
| Dos 35 aos 44   | 22                  | 11.0                    |
| Dos 45 aos 54   | 32                  | 16.0                    |
| Dos 55 aos 64   | 41                  | 20.5                    |
| Mais de 65 anos | 69                  | 34.5                    |
| <b>Total/n</b>  | <b>200</b>          | <b>100.0</b>            |

Tabela 2. Distribuição por frequências quanto à idade por intervalos.

Os participantes no estudo eram todos residentes, trabalhadores e/ou estudantes em Vila Nova de Gaia, tratando-se de indivíduos cuja nacionalidade era maioritariamente portuguesa (99%), havendo também uma percentagem muito reduzida (1%) de indivíduos de nacionalidade estrangeira – França e Brasil (cf. Tabela 3).

| <b>1.3. Nacionalidade</b> |                            |                                |
|---------------------------|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>          | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Portuguesa                | 198                        | 99.0                           |
| Estrangeira               | 2                          | 1.0                            |
| <b>Total/n</b>            | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 3. Distribuição por frequências quanto à nacionalidade.

As informações recolhidas permitiram verificar que a amostra incluiu predominantemente indivíduos casados ou em situação de união de facto (44%), seguindo-se o grupo dos solteiros (27%) para, depois se registarem os viúvos (18%) e os divorciados (11%) (cf. Tabela 4).

| <b>1.4. Estado civil</b> |                            |                                |
|--------------------------|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>         | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Casado/União de facto    | 88                         | 44.0                           |
| Solteiro                 | 54                         | 27.0                           |
| Viúvo                    | 36                         | 18.0                           |
| Divorciado/Separado      | 22                         | 11.0                           |
| <b>Total/n</b>           | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 4. Distribuição por frequências quanto ao estado civil.

Em termos de escolaridade, a amostra caracterizou-se por possuir mais de 4% dos indivíduos analfabetos, o que certamente se associará à elevada média de idades da amostra. Perto de metade dos participantes revelou ter apenas o ensino básico e os restantes dividiram-se predominantemente pelos 5<sup>o</sup> a 9<sup>o</sup> anos, havendo 8% de inquiridos entre os 10<sup>o</sup> e 12<sup>o</sup> anos de escolaridade (cf. Tabela 5).

| <b>1.5. Escolaridade</b>                   |                            |                                |
|--|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>                           | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Do 1 <sup>o</sup> ao 4 <sup>o</sup> Anos   | 99                         | 49.5                           |
| Do 5 <sup>o</sup> ao 6 <sup>o</sup> Anos   | 31                         | 15.5                           |
| Do 7 <sup>o</sup> ao 9 <sup>o</sup> Anos   | 33                         | 16.5                           |
| Do 10 <sup>o</sup> ao 12 <sup>o</sup> Anos | 16                         | 8.0                            |
| Superior                                   | 13                         | 6.5                            |
| Outra: Analfabeto                          | 8                          | 4.0                            |
| <b>Total/n</b>                             | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 5. Distribuição por frequências quanto à escolaridade.

No que diz respeito ao tipo de residência (cf. Tabela 6), mais de metade dos indivíduos referiu viver numa casa, o que se entendeu por uma moradia térrea (55.5%), e os restantes inquiridos disseram habitar num apartamento (44.5%).

| <b>1.6. Tipo de habitação</b> |                            |                                |
|-------------------------------|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>              | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Casa                          | 111                        | 55.5                           |
| Apartamento                   | 89                         | 44.5                           |
| <b>Total/n</b>                | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 6. **Distribuição por frequências quanto ao tipo de habitação.**

Já em relação à situação ocupacional dos sujeitos que participaram neste estudo, pode constatar-se a prevalência de reformados (49%), num número logo seguido do de trabalhadores (27%). Estes valores associam-se, obviamente, ao facto de se tratar de uma área em que a população está francamente envelhecida, sendo que a amostra se constituiu predominantemente de indivíduos adultos ou idosos (cf. Tabela 7). O número de estudantes revelou-se claramente reduzido, e a percentagem de desempregados (21.5%) foi considerável, podendo dizer-se que se mostrou maior do que seria desejável.

| <b>1.7. Situação ocupacional</b> |                            |                                |
|----------------------------------|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>                 | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Reformado                        | 98                         | 49.0                           |
| Trabalhador                      | 54                         | 27.0                           |
| Desempregado                     | 43                         | 21.5                           |
| Estudante                        | 5                          | 2.5                            |
| <b>Total/n</b>                   | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 7. **Distribuição por frequências quanto à situação ocupacional.**

Em termos de organização/estrutura do agregado familiar, 76% dos sujeitos referiu viver acompanhado, ao contrário dos 24% de indivíduos que afirmou viver só (cf. Tabela 8). Atendendo aos que viviam acompanhados, constatou-se que um grande número de inquiridos (71%) coabitava com a família nuclear (de origem) (cf. Tabela 9).

| <b>1.8. Vive só ou acompanhado</b> |                            |                                |
|------------------------------------|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>                   | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Acompanhado                        | 152                        | 76.0                           |
| Só                                 | 48                         | 24.0                           |
| <b>Total/n</b>                     | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 8. Distribuição por frequências quanto a viverem sós ou acompanhados.

| <b>1.8.a Com quem vive</b> |                            |                                |
|----------------------------|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>           | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Família nuclear            | 142                        | 71.0                           |
| Família nuclear alargada   | 10                         | 5.0                            |
| <b>Total</b>               | <b>152</b>                 | <b>76.0</b>                    |
| Não aplicável              | 48                         | 24.0                           |
| <b>Total/n</b>             | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 9. Distribuição por frequências relativamente às pessoas com quem coabitam.

A apresentação dos resultados acabados de revelar põe termo à caracterização da amostra pelo que, depois destas variáveis de carácter sociodemográfico, passam a apresentar-se os resultados propriamente ditos. Assim, segue-se a apresentação dos valores extraídos a propósito das perceções da população, quanto à segurança/insegurança.

## B. PERCEÇÃO DE SEGURANÇA/INSEGURANÇA

Na sequência do que já tem vindo a ser afirmado ao longo deste trabalho, a percepção das populações a respeito de uma série de aspetos é extremamente relevante para termos uma ideia do que se passa em cada comunidade e de como poderemos delinear a atuação adequada a essas áreas e populações. Por isso, passaremos a apresentar os resultados obtidos através deste inquérito, em relação às questões mais associadas à segurança / insegurança.

As percepções que os participantes tinham da sua comunidade de pertença permitiram-lhes revelar a presença de sentimentos de segurança (60%) e de insegurança (38%), restando aqueles que (apenas 2%), por alguma razão, não responderam ou afirmaram desconhecer se aquela área urbana seria segura ou não (cf. Tabela 10).

| 2.1. Vive numa área segura |                     |                         |
|----------------------------|---------------------|-------------------------|
| Respostas                  | Frequência Absoluta | Frequência Relativa (%) |
| Sim                        | 120                 | 60.0                    |
| Não                        | 76                  | 38.0                    |
| Não sabe/Não responde      | 4                   | 2.0                     |
| <b>Total/n</b>             | <b>200</b>          | <b>100.0</b>            |

Tabela 10. Percepção de (in)segurança.

A basear as percepções reveladas pelos inquiridos (cf. Tabela 11), podem reproduzir-se algumas das suas verbalizações que sustentam a sensação de que se encontravam numa área segura (60%) (e.g., “*Não há ocorrências*”; “*É muito sossegado*”). Por oposição, outros inquiridos consideraram que aquela região não seria segura (38%), e essa opinião refletiu-se em algumas das suas afirmações (e.g., “*Há muito crime e confusão*”; “*Há tráfico de drogas...*”; “*Há muitas ocorrências*”).

| <b>2.1.a. SIM - considera ser uma área segura porque:</b> |                            |                                |
|---|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>  | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Experiência/observação                                    | 99                         | 49.5                           |
| Por comparação com outras áreas                           | 12                         | 6.0                            |
| Controlo social formal                                    | 5                          | 2.5                            |
| Limitada a moradores/conhecidos                           | 4                          | 2.0                            |
| <b>Total parcial</b>                                      | <b>120</b>                 | <b>60.0</b>                    |
| <b>NÃO - considera ser uma área insegura porque:</b>      |                            |                                |
| <b>Respostas</b>  | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Presença de crime/perigo                                  | 48                         | 24.0                           |
| Tráfico/consumo de drogas                                 | 10                         | 5.0                            |
| Experiência/observação                                    | 6                          | 3.0                            |
| Escassez/limitação de policiamento                        | 5                          | 2.5                            |
| Predominantemente noturna/menor iluminação                | 3                          | 1.5                            |
| Degradação ambiental                                      | 1                          | 0.5                            |
| <b>Total parcial</b>                                      | <b>73</b>                  | <b>36.5</b>                    |
| Não sabe/Não responde                                     | 7                          | 3.5                            |
| <b>Total/n</b>  | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 11. Fundamentos para a percepção de (in)segurança.

A percepção de insegurança sentida por 38% da amostra foi justificada (cf. Tabela 11) por perto de metade da amostra com a “presença de crime/perigo” (24%) (e.g., “*Há cada vez mais crime*”; “*Há algumas ocorrências*”), seguindo-se a justificação ancorada na existência de “tráfico/consumo de drogas” (5%) já com uma frequência consideravelmente menor, e imediatamente seguida da “experiência/observação” (3%) e da “escassez/limitação de policiamento” (2.5%) (e.g., “*Já fui vítima de crime*”; “*Há pouco policiamento*”).

No que diz respeito à percepção que os inquiridos revelaram a propósito da evolução da criminalidade na sua comunidade de pertença, 83.5% dos participantes considerou que houve um aumento do fenómeno, contrariamente a 13% dos sujeitos, que revelaram considerar que não teria havido crescimento no crime (cf. Tabela 12).

| <b>2.2. Aumento de criminalidade</b> |                            |                                |
|--------------------------------------|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>                     | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Sim                                  | 167                        | 83.5                           |
| Não                                  | 26                         | 13.0                           |
| Não sabe/não responde                | 7                          | 3.5                            |
| <b>Total/n</b>                       | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 12. Percepção da evolução da criminalidade.

| <b>2.2.a. SIM – a criminalidade tem aumentado porque:</b> |                            |                                |
|---|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>  | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Problemas económicos/desemprego                           | 109                        | 54.5                           |
| Ocorrência de crimes                                      | 19                         | 9.5                            |
| Presença de muitos problemas/conflitos                    | 17                         | 8.5                            |
| Mediatização  | 10                         | 5.0                            |
| Ineficácia da polícia/legislação                          | 5                          | 2.5                            |
| Ocorrência de tráfico/consumo de drogas                   | 4                          | 2.0                            |
| <b>Total parcial</b>                                      | <b>164</b>                 | <b>82.0</b>                    |

  

| <b>NÃO – a criminalidade não tem aumentado porque:</b> |                            |                                |
|--|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>                                       | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Experiência/Observação                                 | 14                         | 7.0                            |
| Crime limitado a tráfico/consumo de drogas             | 1                          | 0.5                            |
| <b>Total parcial</b>                                   | <b>15</b>                  | <b>7.5</b>                     |
| Não sabe/Não responde                                  | 14                         | 10.5                           |
| Não aplicável  | 7                          | 3.5                            |
| <b>Total/n</b>   | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 13. Fundamentos para a percepção da evolução da criminalidade.

Os indivíduos que referiram sentir um aumento no fenómeno da criminalidade (cf. Tabela 13) apontaram os “Problemas económicos/desemprego” como uma das razões mais associadas ao crime (54.5%) (e.g., “*Deve-se à crise*”; “*Por causa do desemprego*”). A “ocorrência de crimes” foi outra razão para que alguns dos inquiridos considerasse o aumento do crime (9.5%), logo seguida de “presença de muitos problemas/conflitos” referida por 8.5% dos participantes neste estudo (e.g., “*Há crime e confusão*”). Seguiram-se outros argumentos, muito embora numa percentagem significativamente inferior, como a “mediatização” do fenómeno (5%) (e.g., “*Desenvolvimento da internet, filmes,...*”),

a “ineficácia da polícia/legislação” (2.5%) e a “ocorrência de tráfico/consumo de drogas” (2%).

No que se refere à percepção de não aumento da criminalidade (cf. Tabela 13), podem encontrar-se argumentos baseados na “experiência/observação” (7%) ou na constatação, por parte dos inquiridos, de que o crime estará circunscrito a um tipo específico, como o “crime limitado a tráfico/consumo de drogas” (0.5%).

Quanto à tipologia de crimes mais frequentemente identificada pelos inquiridos (cf. Tabela 14), salientam-se o “furto” (42%), denunciado por quase metade da amostra e, com valores muito próximos, o “tráfico de drogas” (41.5%). Seguem-se outros crimes reconhecidos como frequentes por diferentes percentagens de inquiridos, como se pode ver no Tabela seguinte. Entre os “outros” crimes mencionados pelos inquiridos (5.5%), podem referir-se “homicídio” e “danos nos automóveis”, entre outros.

| <b>2.3. Crimes que mais frequentemente ocorrem na área</b> |                            |                                |            |
|--|----------------------------|--------------------------------|------------|
| <b>Respostas</b>   | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> | <b>n</b>   |
| Furto  | 84                         | 42.0                           | <b>200</b> |
| Tráfico de drogas  | 83                         | 41.5                           |            |
| Roubo  | 77                         | 38.5                           |            |
| Assalto a residência                                       | 55                         | 27.5                           |            |
| Assalto a estabelecimento comercial                        | 40                         | 20.0                           |            |
| Agressão física  | 27                         | 13.5                           |            |
| Violência doméstica contra /entre cônjuges                 | 25                         | 12.5                           |            |
| Desconhece / Nenhum  | 21                         | 10.5                           |            |
| Burla  | 15                         | 7.5                            |            |
| Danos a espaços/equipamentos públicos                      | 16                         | 8.0                            |            |
| Violência doméstica contra /entre idosos                   | 9                          | 4.5                            |            |
| Violência doméstica contra/entre menores                   | 8                          | 4.0                            |            |
| Tráfico de armas   | 7                          | 3.5                            |            |
| Ofensas sexuais  | 4                          | 2.0                            |            |
| Crimes rodoviários   | 4                          | 2.0                            |            |
| Outros   | 11                         | 5.5                            |            |

Tabela 14. **Percepção dos crimes mais praticados.**

Em relação aos crimes mais temidos pelos participantes neste estudo (cf. Tabela 15) destacam-se o “assalto a residência”, temido por 59%, logo seguido do “roubo” (58.5%) e da “agressão física”, apontada por 37.5%. Ao analisar comparativamente os Tabelas 14 e 15, pode constatar-se a não convergência de valores entre crimes mais frequentes e crimes mais temidos. Destaquem-se ainda os poucos indivíduos que referiram “outros” crimes temidos (1%) e que apontaram o rapto como sendo um crime que lhes inspirava temor.

| <b>2.4. Crimes mais temidos, naquela área da cidade</b> |                            |                                |            |
|---|----------------------------|--------------------------------|------------|
| <b>Respostas</b>  | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> | <b>n</b>   |
| Assalto a residência                                    | 118                        | 59.0                           | <b>200</b> |
| Roubo   | 117                        | 58.5                           |            |
| Agressão física   | 75                         | 37.5                           |            |
| Furto   | 58                         | 29.0                           |            |
| Tráfico de drogas                                       | 38                         | 19.0                           |            |
| Assalto a estabelecimento comercial                     | 22                         | 11.0                           |            |
| Ofensas Sexuais   | 16                         | 8.0                            |            |
| Violência doméstica contra /entre cônjuges              | 15                         | 7.5                            |            |
| Tráfico de armas  | 11                         | 5.5                            |            |
| Violência doméstica contra/entre menores                | 7                          | 3.5                            |            |
| Desconhece / Nenhum                                     | 12                         | 6.0                            |            |
| Outros  | 2                          | 1.0                            |            |

Tabela 15. **Percepção dos crimes mais temidos.**

Parece pertinente averiguar agora as condições identificadas pelos inquiridos como sendo potencialmente favorecedoras do crime (cf. Tabela 16). As três condições mais frequentemente identificadas pelos sujeitos como podendo favorecer a ocorrência de crime, foram a “pobreza/desemprego” (85%), o “consumo de drogas/álcool” (74%) e o “policiamento deficitário” (56%). Outras condições foram sendo apontadas mas, como pode constatar-se pela análise do Tabela 16, por bem menos sujeitos.

| <b>2.5. Condições apontadas como favorecedoras do crime</b> |                            |                                |            |
|---|----------------------------|--------------------------------|------------|
| <b>Respostas</b>  | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> | <b>n</b>   |
| Pobreza/Desemprego  | 170                        | 85.0                           | <b>200</b> |
| Consumo de drogas/álcool                                    | 148                        | 74.0                           |            |
| Policciamento deficitário                                   | 112                        | 56.0                           |            |
| Conflitos e delinquência juvenil                            | 54                         | 27.0                           |            |
| Problemas familiares  | 46                         | 23.0                           |            |
| Incapacidade de atuação dos agentes                         | 42                         | 21.0                           |            |
| Presença de pessoas estranhas                               | 35                         | 17.5                           |            |
| Reduzido movimento durante a noite                          | 34                         | 17.0                           |            |
| Pouca severidade para com os ofensores                      | 28                         | 14.0                           |            |
| Má iluminação pública                                       | 15                         | 7.5                            |            |
| Maus acessos/arruamentos                                    | 11                         | 5.5                            |            |
| Outros  | 3                          | 1.5                            |            |

Tabela 16. **Condições favorecedoras do crime.**

Vejam-se agora as incivildades identificadas como sendo frequentes na comunidade de pertença dos participantes no estudo (cf. Tabela 17).

| <b>2.6. Incivildades observadas</b> |                            |                                |            |
|-------------------------------------|----------------------------|--------------------------------|------------|
| <b>Respostas</b>                    | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> | <b>n</b>   |
| Dispersar lixo pela rua             | 87                         | 43.5                           | <b>200</b> |
| Estacionar de forma caótica         | 73                         | 36.5                           |            |
| Danificar equipamentos públicos     | 66                         | 33.0                           |            |
| Urinar na via pública               | 62                         | 31.0                           |            |
| Violar regras de trânsito           | 40                         | 20.0                           |            |
| Furtar/Danificar sinalização        | 37                         | 18.5                           |            |
| Desconhece / Nenhum                 | 37                         | 18.5                           |            |
| Outros                              | 4                          | 2.0                            |            |

Tabela 17. **Incivildades identificadas.**

Um número considerável de participantes no estudo identificou incivildades específicas na sua comunidade, tais como “dispersar lixo na rua”, referido por perto de metade da amostra (43.5%), “estacionar de forma caótica” (36.5%), “danificar equipamentos públicos” (33%) e “urinar na via pública” (31%). As restantes incivildades, embora com frequências de outra ordem de grandeza, apresentam-se suficientemente presentes

naquela área, a ponto de os inquiridos as apontarem sem excitações. Destaque-se que, entre os que mencionaram “outros”, aponta-se a falta de cuidado com os animais e o ruído.

### C. VITIMAÇÃO

Nesta parte procura-se apurar a percentagem de indivíduos que poderão ter sido vítimas de crime no período dos últimos 5 anos, assim como obter uma estimativa, para o mesmo período temporal, do fenómeno de vitimação indireta, tentando saber se os inquiridos terão ou não pessoas conhecidas que possam ter sido alvo de algum crime. Procura-se, também, averiguar a respeito do contacto com as autoridades e se daí resultou ou não formalização da queixa. A perceção acerca das medidas tomadas pelos agentes de controlo social e o grau de satisfação são igualmente analisados.

| <b>3.1. Vítima de crime nos últimos 5 anos</b> |                            |                                |
|--|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>                               | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Não  | 175                        | 87.5                           |
| Sim  | 25                         | 12.5                           |
| <b>Total/n</b>                                 | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 18. Vítimas/Não vítimas de crime nos últimos 5 anos.

Do total dos inquiridos, apenas 12.5% revelou ter sido vítima de crime nos últimos 5 anos (cf. Tabela 18), sendo que todos os restantes afirmaram não ter sofrido qualquer vitimação.

Os Tabelas seguintes ilustram o tipo de crime de que alguns inquiridos terão sido vítimas, bem como algumas características relativas à situação de vitimação. Importa realçar que as respostas a seguir apresentadas são relativas ao grupo de indivíduos que afirmaram ter sido vítima de crime (questão 3.1.), não obstante os valores percentuais apresentados terem como base de incidência o total da amostra.

Para os 175 participantes (87.5%) que afirmaram não ter sido alvo de qualquer crime, os itens das Tabelas seguintes surgem referenciados como “não aplicável”.

| 3.1.1. Crime de que foi vítima    |                     |                         |
|-----------------------------------|---------------------|-------------------------|
| Respostas                         | Frequência Absoluta | Frequência Relativa (%) |
| Furto                             | 6                   | 3.0                     |
| Furto a residência                | 5                   | 2.5                     |
| Roubo                             | 5                   | 2.5                     |
| Violência doméstica               | 3                   | 1.5                     |
| Furto a estabelecimento comercial | 2                   | 1.0                     |
| Burla                             | 2                   | 1.0                     |
| Roubo por esticção                | 2                   | 1.0                     |
| <b>Total parcial</b>              | <b>25</b>           | <b>12.5</b>             |
| Não aplicável                     | 175                 | 87.5                    |
| <b>Total/n</b>                    | <b>200</b>          | <b>100.0</b>            |

Tabela 19. Tipologia de crimes para a vitimação.

Entre os crimes de que foram vítimas 25 sujeitos desta amostra (cf. Tabela 19), o “furto” (sem especificação) foi o mais representativo, revelado por 3% dos participantes, logo seguido do “furto a residência” denunciado por 2.5% dos sujeitos. O “roubo” foi revelado por 5 participantes, o que corresponde a 2.5% da amostra. Os restantes (4.5%) admitiram ter sido vítimas de diversos tipos de crime, como sejam “violência doméstica”, “furto a estabelecimento comercial”, “burla” e “roubo por esticção”.

| 3.1.2. Danos sofridos pelas vítimas |                     |                         |            |
|-------------------------------------|---------------------|-------------------------|------------|
| Respostas                           | Frequência Absoluta | Frequência Relativa (%) | n          |
| Danos materiais                     | 19                  | 9.5                     | <b>200</b> |
| Danos físicos                       | 7                   | 3.5                     |            |
| Danos psicológicos                  | 6                   | 3.0                     |            |
| Não aplicável                       | 175                 | 87.5                    |            |

Tabela 20. Consequências da vitimação.

Relativamente às consequências sofridas pelas vítimas (cf. Tabela 20), constatou-se que os “danos materiais” (9.5%) foram os mais frequentemente apontados (e.g., “*fiquei sem porta moedas*”; “*artigos domésticos*”), havendo outros prejuízos enunciados como “danos físicos” (3.5%) e “danos psicológicos” (3%) (e.g., “*ainda em tribunal*”; “*medo*”). Esta separação por categorias obviamente não restringe a possibilidade de haver

consequências múltiplas da vitimação, existindo de facto situações em que, dependente do tipo de crime, são apontados danos distintos.

Um inquérito que inclua uma análise à vitimação terá com maior probabilidade um melhor reconhecimento da realidade criminal, das circunstâncias associadas ao cometimento dos crimes e uma compreensão das motivações de quem é vítima quanto ao contacto ou não com o sistema de controlo formal. É precisamente sobre alguns desses aspetos que nos debruçamos de seguida.

| <b>3.1.3. Altura do dia em que ocorreu o crime</b> |                            |                                |
|--|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>                                   | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Dia  | 13                         | 6.5                            |
| Noite  | 11                         | 5.5                            |
| Desconhece   | 1                          | 0.5                            |
| <b>Total parcial</b>                               | <b>25</b>                  | <b>12.5</b>                    |
| Não aplicável                                      | 175                        | 87.5                           |
| <b>Total/n</b>                                     | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 21. **Período do dia em que ocorreu o crime.**

Em termos de enquadramento temporal (cf. Tabela 21), os participantes que foram alvo de situações criminais referem o período diurno (6.5%) como aquele em que ocorrem com mais frequência situações criminais. A ocorrência de crimes à noite foi indicado 5.5% das vítimas, havendo ainda uma delas que não soube precisar em que momento em se deu o facto criminal.

| <b>3.1.4. Local em que ocorreu o crime</b> |                            |                                |
|--|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>                           | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Na rua                                     | 10                         | 5.0                            |
| Em casa                                    | 9                          | 4.5                            |
| Outro local: Estabelecimento               | 4                          | 2.0                            |
| Talho                                      | 1                          | 0.5                            |
| Barco turístico                            | 1                          | 0.5                            |
| <b>Total parcial</b>                       | <b>25</b>                  | <b>12.5</b>                    |
| Não aplicável                              | 175                        | 87.5                           |
| <b>Total/n</b>                             | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 22. **Local de ocorrência do crime.**

De acordo com os participantes que foram alvo de uma experiência de vitimação, a “rua” (5%) é o local mais frequente de ocorrência de crime, seguido do espaço “casa” (4.5%) (cf. Tabela 22). Outros locais específicos foram ainda indicados, como o “estabelecimento” comercial referidos por 4 indivíduos, o “barco turístico” e o “talho”.

| <b>3.1.5. Nessa altura a vítima encontrava-se:</b> |                            |                                |
|--|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>                                   | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Só   | 16                         | 8.0                            |
| Acompanhado  | 7                          | 3.5                            |
| Não sabe   | 2                          | 1.0                            |
| <b>Total parcial</b>                               | <b>25</b>                  | <b>12.5</b>                    |
| Não aplicável                                      | 175                        | 87.5                           |
| <b>Total/n</b>                                     | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 23. Situação da vítima, quanto a estar só ou acompanhado.

Por altura da ocorrência 8% dos participantes encontrava-se “só”, enquanto 3.5% estava “acompanhado” e 2 participantes (1%) não souberam precisar qual seria a situação aquando da ocorrência criminal (cf. Tabela 23).

| <b>3.1.6. O ofensor era:</b> |                            |                                |
|------------------------------|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>             | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Estranho                     | 11                         | 5.5                            |
| Conhecido                    | 9                          | 4.5                            |
| Não sabe                     | 5                          | 2.5                            |
| <b>Total parcial</b>         | <b>25</b>                  | <b>12.5</b>                    |
| Não aplicável                | 175                        | 87.5                           |
| <b>Total/n</b>               | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 24. Relação ofensor - vítima.

Na análise à proximidade relacional ofensor – vítima verificou-se que o autor do crime é sobretudo “estranho” à vítima (5.5%) (cf. Tabela 24). Todavia há também participantes que identificam o agressor como alguém “conhecido” (4.5%). Para 2.5% dos sujeitos não foi possível essa identificação.

Importa agora saber se as ocorrências mencionadas resultaram em contactos com as autoridades policiais e se, desse mesmo contacto, resultou a formalização da queixa. Entre aqueles que realizaram a queixa formal foi solicitado, ainda, que se pronunciassem sobre a atuação da polícia.

| <b>3.1.7. Contactou as autoridades</b> |                            |                                |
|--|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>                       | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Sim                                    | 18                         | 9.0                            |
| Não                                    | 7                          | 3.5                            |
| <b>Total parcial</b>                   | <b>25</b>                  | <b>12.5</b>                    |
| Não aplicável                          | 175                        | 87.5                           |
| <b>Total/n</b>                         | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 25. Contacto / não contacto com as autoridades.

Pelo Tabela 25 é possível constatar que o contacto com as autoridades foi realizado por 9% dos participantes, sendo que 3.5% não contactaram a polícia. Os motivos subjacentes a qualquer das decisões podem ser apreciados no Tabela seguinte.

| <b>3.1.7.a. SIM - contactou as autoridades porque:</b> |                            |                                |
|--|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>                                       | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Confia   | 14                         | 7.0                            |
| Vale a pena  | 2                          | 1.0                            |
| Pela Seguradora  | 1                          | 0.5                            |
| Outro (Polícia chamada por terceiros)                  | 1                          | 0.5                            |
| <b>Total parcial</b>                                   | <b>18</b>                  | <b>9.0</b>                     |
| <b>NÃO - não contactou as autoridades porque:</b>      |                            |                                |
| <b>Respostas</b>                                       | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Não vale a pena  | 5                          | 2.5                            |
| <b>Total parcial</b>                                   | <b>5</b>                   | <b>2.5</b>                     |
| Não sabe/Não responde                                  | 2                          | 1.0                            |
| Não aplicável  | 175                        | 87.5                           |
| <b>Total/n</b>   | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 26. Motivos para o contacto /não contacto com as autoridades.

O motivo que mais justifica o contacto dos participantes com as autoridades (cf. Tabela 26) é a confiança, ou seja, 7% dos inquiridos diz que “confia” na polícia e por essa razão contactou-a. Houve ainda participantes que afirmaram realizar o contacto com as autoridades porque “vale a pena” (1%), “pela seguradora” (0.5%) ou porque outros realizaram esse contacto com a polícia.

No respeitante aos motivos que levaram a que algumas das vítimas não contactassem os agentes de segurança (cf. Tabela 26), verificámos que 5 dos inquiridos (2.5%) considerou que “não vale a pena” fazê-lo. Note-se que houve 2 participantes que omitiram a justificação para o seu não contacto com as autoridades policiais.

| <b>3.1.8. Formalizou oficialmente a queixa</b> |                            |                                |
|--|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>                               | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Sim  | 15                         | 7.5                            |
| Não  | 2                          | 1.0                            |
| <b>Total parcial</b>                           | <b>17</b>                  | <b>8.5</b>                     |
| Sem contato com polícia                        | 7                          | 3.5                            |
| Não sabe/Não responde                          | 1                          | 0.5                            |
| Não aplicável                                  | 175                        | 87.5                           |
| <b>Total/n</b>                                 | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 27. **Formalização/Não formalização da queixa.**

Desse contacto com as autoridades policiais (cf. Tabela 27) resultaram 15 formalizações da queixa, o que equivaleu a 7.5% da amostra. Dois dos participantes optaram pela não formalização (1%) e um dos indivíduos que realizou contacto com a polícia não quis responder a esta questão (0.5%).

| <b>3.1.8.a. SIM- formalizou a queixa porque:</b> |                            |                                |
|--|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>                                 | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Confiança nas autoridades                        | 5                          | 2.5                            |
| Devido aos danos sofridos                        | 3                          | 1.5                            |
| Dever enquanto cidadão                           | 1                          | 0.5                            |
| Detenção do agressor                             | 1                          | 0.5                            |
| Recuperar o dinheiro                             | 1                          | 0.5                            |
| Devido aos documentos                            | 1                          | 0.5                            |
| Por medo   | 1                          | 0.5                            |
| <b>Total parcial</b>                             | <b>13</b>                  | <b>6.5</b>                     |

  

| <b>NÃO - não formalizou a queixa porque:</b> |                            |                                |
|--|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>                             | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Descrença face à atuação da polícia          | 2                          | 1.0                            |
| <b>Total parcial</b>                         | <b>2</b>                   | <b>1.0</b>                     |
| Sem contato com polícia                      | 7                          | 3.5                            |
| Não sabe/Não responde                        | 3                          | 1.5                            |
| Não aplicável                                | 175                        | 87.5                           |
| <b>Total/n</b>                               | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 28. **Motivos para a formalização/não formalização da queixa.**

As justificações para a formalização oficial da queixa junto das autoridades (cf. Tabela 28) foram várias, entre estas destaca-se a “confiança nas autoridades” (2.5%). Para outros participantes a formalização da queixa ocorreu “devido aos danos sofridos” (1.5%). Outros motivos apontados prendem-se com a consideração de que essa formalização é um “dever enquanto cidadão” (0.5%) (e.g., “*tinha de denunciar*”), com a expectativa de “detenção do agressor” (0.5%), a necessidade de “recuperar o dinheiro” (0.5%), “devido aos documentos” (0.5%) ou mesmo “por medo” de novas ocorrências (0.5%). Houve dois sujeitos que tendo formalizado não apresentaram justificação para esse facto.

Já em relação aos que contactaram as autoridades e decidiram não formalizar oficialmente a queixa (cf. Tabela 28), o único motivo apontado foi a “descrença face à atuação da polícia” (1%)

### **3.1.9. Medidas tomadas pelas autoridades**

| <b>Respostas</b>                                     | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
|--|----------------------------|--------------------------------|
| Registro da ocorrência                               | 3                          | 1.5                            |
| Ações de apoio                                       | 3                          | 1.5                            |
| Encaminhamento para o Ministério Público             | 2                          | 1.0                            |
| Atuação reativa                                      | 2                          | 1.0                            |
| Detenção do suspeito                                 | 1                          | 0.5                            |
| Nenhuma  | 1                          | 0.5                            |
| Não especifica                                       | 1                          | 0.5                            |
| <b>Total parcial</b>                                 | <b>13</b>                  | <b>6.5</b>                     |
| Sem contato com polícia + Sem formalização da queixa | 9                          | 4.5                            |
| Não sabe/Não responde                                | 2                          | 1.0                            |
| Não aplicável  | 175                        | 87.5                           |
| <b>Total/n</b>                                       | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 29. Percepção das medidas tomadas pelas autoridades.

De acordo com a percepção dos participantes, as diligências das autoridades (cf. Tabela 29) traduziram-se em ações como “registro de ocorrência” (1.5%) ” (e.g., “Fez a queixa”; *Tomaram conta da ocorrência*”), comportamentos de “apoio” (e.g. “Arranjaram forma do ofensor sair de casa”; “o agressor acalmou”; “Apoio”), “encaminhamento para o Ministério Público” (e.g., “Denúncia e foi para tribunal”; “Fizeram prosseguir o processo”) ou como tendo assumido, simplesmente, uma “atuação reativa” (e.g., “Mandou o piquete ao estabelecimento”; “Tentaram localizar os assaltantes”).

| <b>3.1.10. Satisfação/Insatisfação com essas medidas</b> |                            |                                |
|--|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>   | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Sim  | 8                          | 6.0                            |
| Não  | 5                          | 2.5                            |
| <b>Total parcial</b>                                     | <b>13</b>                  | <b>8.5</b>                     |
| Sem contato com polícia + Sem formalização da queixa     | 9                          | 4.5                            |
| Não sabe/Não responde                                    | 3                          | 1.5                            |
| Não aplicável  | 175                        | 87.5                           |
| <b>Total/n</b>   | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 30. (In)satisfação face às medidas tomadas pelas autoridades.

Relativamente às medidas que os participantes consideram terem sido tomadas pelas autoridades, dos 13 respondentes, 8 indicaram estar satisfeitos (6%) e 5 manifestam insatisfação (2.5%) (cf. Tabela 30).

| <b>3.1.10.a. SIM- satisfeito com as medidas das autoridades porque:</b> |                            |                                |
|---|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>  | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Detenção do agressor  | 2                          | 1.0                            |
| Maior sentimento de segurança   | 2                          | 1.0                            |
| Fizeram o que puderam   | 2                          | 1.0                            |
| Bom atendimento policial  | 1                          | 0.5                            |
| Resolução do problema   | 1                          | 0.5                            |
| <b>Total parcial</b>  | <b>8</b>                   | <b>6.0</b>                     |
| <b>NÃO - insatisfeito com as medidas das autoridades porque:</b>        |                            |                                |
| <b>Respostas</b>  | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Não resolução do problema   | 2                          | 1.0                            |
| Ausência de informação  | 1                          | 0.5                            |
| Processo arquivado  | 1                          | 0.5                            |
| O crime continua  | 1                          | 0.5                            |
| <b>Total parcial</b>  | <b>5</b>                   | <b>2.5</b>                     |
| Sem contato com polícia +<br>Sem formalização da queixa                 | 9                          | 4.5                            |
| Não sabe/Não responde   | 3                          | 1.5                            |
| Não aplicável   | 175                        | 87.5                           |
| <b>Total/n</b>  | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 31. **Motivos para a (in)satisfação com as medidas tomadas.**

Os 8 participantes que formalizaram a queixa e se mostraram satisfeitos com as medidas tomadas pelas autoridades, argumentam que na base dessa satisfação estão razões (cf. Tabela 31) como a “detenção do agressor” (0.5%), o terem obtido um “maior sentimento de segurança” (0.5%) (e.g., “*Senti-me mais segura*”), existindo ainda quem admita que os agentes “fizeram o que puderam” independentemente dos resultados. Outros motivos apontados para a satisfação dos participantes foram o “bom atendimento policial” (0.5%) ou o terem conseguido a “resolução do problema” (0.5%).

A insatisfação manifestada pelos participantes quanto às medidas tomadas pelas autoridades (cf. Tabela 31) deve-se essencialmente à “não resolução do problema” (1%) (e.g. “*Aguarda resolução*”), à “ausência de informação” (0.5%) (e.g., “*Não comunicaram*”).

nada”), ao resultado de “processo arquivado” (0.5%) ou devido ao facto de que “o crime continua” (0.5%) (e.g., “Porque os roubos continuaram a acontecer e provavelmente pelos mesmos indivíduos”).

A experiência de vitimação pode afetar-nos também indiretamente (*vitimação indireta*), quando alguém próximo é vítima de crime. Neste sentido questionamos os participantes deste estudo sobre se conheciam alguém que tivesse sido alvo de crime nos últimos 5 anos.

| <b>3.2. Vitimação indireta nos últimos 5 anos</b> |                            |                                |
|---|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>                                  | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Não   | 179                        | 89.5                           |
| Sim   | 21                         | 10.5                           |
| <b>Total/n</b>                                    | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 32. **Pessoas conhecidas vítimas de crime nos últimos 5 anos.**

Verificamos 21 participantes, o que equivaleu a 10.5% da amostra afirmou conhecer alguém que tenha passado por uma experiência de vitimação criminal (cf. Tabela 32). Os restantes 89.5% referiram não conhecer ninguém que tenha passado por essa situação. A este último grupo não são aplicáveis as restantes questões. O valor percentual das respostas é apresentado atendendo ao total da população amostral.

| <b>3.2.a Relação do participante com a vítima</b> |                            |                                |
|---|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>                                  | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Familiar  | 14                         | 7.0                            |
| Vizinho(a)  | 4                          | 2.0                            |
| Amigo(a)  | 2                          | 1.0                            |
| <b>Total parcial</b>                              | <b>20</b>                  | <b>10.0</b>                    |
| Não sabe/Não responde                             | 1                          | 0.5                            |
| Não aplicável                                     | 179                        | 89.5                           |
| <b>Total/n</b>                                    | <b>184</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 33. **Relação participante - vítima (vitimação indireta).**

Dos participantes que referiram conhecer pessoas que tinham sido vítimas de crime (n=21), 14 afirmaram ser um “familiar” (7%), 4 indivíduos referiram que era “vizinho”

(2%) e 2 sujeitos indicam ter sido uma pessoa amiga (1%) (cf. Tabela 33). Podemos ainda constatar que 1 sujeito não especificou que relação mantinha com a vítima.

| <b>3.2.1. Crime sofrido pela vítima</b> |                            |                                |
|---|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>                        | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Roubo                                   | 7                          | 3.5                            |
| Roubo em residência                     | 3                          | 1.5                            |
| Furto em viatura                        | 3                          | 1.5                            |
| Furto                                   | 2                          | 1.0                            |
| Roubo por esticção                      | 2                          | 1.0                            |
| Assalto                                 | 1                          | 0.5                            |
| Burla                                   | 1                          | 0.5                            |
| Violação                                | 1                          | 0.5                            |
| Violência doméstica                     | 1                          | 0.5                            |
| <b>Total parcial</b>                    | <b>21</b>                  | <b>10.5</b>                    |
| Não sabe/Não responde                   | 1                          | 0.5                            |
| Não aplicável                           | 179                        | 89.5                           |
| <b>Total/n</b>                          | <b>184</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 34. **Tipologia de crimes sofridos pelas vítimas (vitimação indireta)**

Na descrição das tipologias de crimes de que terão sido vítimas as pessoas conhecidas de alguns participantes (cf. Tabela 34), o “roubo” foi o crime apontado como mais frequente, com uma percentagem de 3.5% de sujeitos a referi-lo, logo seguido do “roubo em residência” (1.5%) e do “furto em viatura” (1.5%). Outros crimes foram ainda relatados, entre esses, o “furto” (sem especificação) e o “roubo por esticção”, ambos indicados por 2 inquiridos (1%) cada um.

| <b>3.2.2. Danos sofridos pela vítima</b> |                            |                                |            |
|--|----------------------------|--------------------------------|------------|
| <b>Respostas</b>                         | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> | <b>n</b>   |
| Danos materiais                          | 15                         | 7.5                            | <b>200</b> |
| Danos físicos                            | 8                          | 4.0                            |            |
| Danos psicológicos                       | 8                          | 4.0                            |            |
| Não aplicável                            | 179                        | 89.5                           |            |

Tabela 35. **Consequências da vitimação (vitimação indireta)**

No âmbito da vitimação indireta foi referido pelos inquiridos que as pessoas suas conhecidas terão sofrido sobretudo danos materiais (7.5%) (e.g., “roubou todo o ouro”) (cf. Tabela 35). Outros prejuízos referidos, com igual peso percetual de 4%, foram os “danos físicos” (e.g., “roubo por esticção que originou queda”) e os “danos psicológicos” (e.g., “fiquei com medo”), cada um mencionado por 8 participantes.

| <b>3.2.3. Altura do dia em que ocorreu o crime</b> |                            |                                |
|--|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>                                   | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Dia  | 17                         | 8.5                            |
| Noite  | 4                          | 2.0                            |
| <b>Total parcial</b>                               | <b>21</b>                  | <b>10.5</b>                    |
| Não aplicável                                      | 179                        | 89.5                           |
| <b>Total/n</b>                                     | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 36. Período do dia em que ocorreu o crime (vitimação indireta).

De acordo com os inquiridos foi no período da noite (8.5%) que ocorreu a maioria dos crimes de que foram vítimas os conhecidos dos participantes deste estudo (cf. Tabela 36). O período do dia foi assinalado por 2% dos participantes.

| <b>3.2.4. Local em que ocorreu o crime</b> |                            |                                |
|--|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>                           | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Na rua                                     | 13                         | 6.5                            |
| Em casa                                    | 6                          | 3.0                            |
| Outro local: Trabalho                      | 1                          | 0.5                            |
| Centro comercial                           | 1                          | 0.5                            |
| <b>Total parcial</b>                       | <b>21</b>                  | <b>10.5</b>                    |
| Não aplicável                              | 179                        | 89.5                           |
| <b>Total/n</b>                             | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 37. Local de ocorrência do crime (vitimação indireta).

É possível constatar o predomínio de situações de vitimação ocorridas “na rua”, revelado por 6.5% dos inquiridos, contrariamente ao que aconteceu com 3% dos sujeitos ter

experienciado o crime “em casa”. Todavia 2 sujeitos (1%) mencionaram como contexto de ocorrência o local de “trabalho” e o “centro comercial” (cf. Tabela 37).

| <b>3.2.5. Nessa altura a vítima encontrava-se</b> |                            |                                |
|---|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>                                  | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Só  | 16                         | 8.0                            |
| Acompanhado                                       | 5                          | 2.5                            |
| <b>Total parcial</b>                              | <b>21</b>                  | <b>10.5</b>                    |
| Não aplicável                                     | 179                        | 89.5                           |
| <b>Total/n</b>                                    | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 38. Situação da vítima, quanto a estar só ou acompanhada (vitimação indireta).

De acordo com os participantes a vítima conhecida, no momento do crime, encontrar-se-ia “só” (8%), ao contrário de 2.5% que estaria “acompanhado” (cf. Tabela 38).

| <b>3.2.6. O ofensor era:</b> |                            |                                |
|------------------------------|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>             | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Estranho                     | 11                         | 5.5                            |
| Não sabe                     | 8                          | 4.0                            |
| Conhecido                    | 2                          | 1.0                            |
| <b>Total parcial</b>         | <b>21</b>                  | <b>10.5</b>                    |
| Não aplicável                | 179                        | 89.5                           |
| <b>Total/n</b>               | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 39. Relação ofensor - vítima (vitimação indireta).

A relação ofensor-vítima (cf. Tabela 39) foi igualmente analisada para a vitimação indireta, tendo-se verificado a maioria dos ofensores era “estranho” (5.5%) e que apenas 1% era conhecido da vítima. Porém, 8 dos inquiridos referem não deter informação sobre esse facto, preenchendo por isso a opção “não sabe”.

| <b>3.2.7. A vítima conhecida contactou as autoridades</b> |                            |                                |
|---|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>  | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Sim   | 17                         | 8.5                            |
| Não   | 4                          | 2.0                            |
| <b>Total parcial</b>                                      | <b>21</b>                  | <b>10.5</b>                    |
| Não aplicável   | 179                        | 89.5                           |
| <b>Total/n</b>  | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 40. Contacto/Não contacto com as autoridades (vitimação indireta).

Os 21 sujeitos que referiram conhecer pessoas que foram vítimas de crime indicaram que 17 efetuaram eventual contacto as autoridades (8.5%) (cf. Tabela 40) e apenas 4 sujeitos não o terão feito (2%).

| <b>3.2.7.a. SIM - a vítima contactou as autoridades porque:</b> |                            |                                |
|---|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>  | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Confia  | 8                          | 4.0                            |
| Vale a pena   | 5                          | 2.5                            |
| Dever social  | 1                          | 0.5                            |
| <b>Total parcial</b>  | <b>14</b>                  | <b>7.0</b>                     |
| <b>NÃO - a vítima não contactou as autoridades porque:</b>      |                            |                                |
| <b>Respostas</b>  | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Não vale a pena   | 3                          | 1.5                            |
| <b>Total parcial</b>  | <b>3</b>                   | <b>1.5</b>                     |
| Não sabe/Não responde   | 4                          | 2.0                            |
| Não aplicável   | 179                        | 89.5                           |
| <b>Total/n</b>  | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 41. **Motivos para o contacto / não contacto com as autoridades (vitimação indireta).**

Algumas razões estão na base do contacto ou não com as autoridades policiais (cf. Tabela 41). Segundo os participantes, a pessoa sua conhecida que foi vítima de crime terá contactado as autoridades, principalmente porque “confia” (4%) na atuação da polícia. No entanto, outros consideram que essa opção de contacto poderia estar associada a ideia de que “não vale a pena” (2.5%) ou ao entendimento de que se trata de um “dever social” (0.5%). Por outro lado, o não contacto com as autoridades é justificado porque “não vale a pena” (1.5%).

Refira-se que 4 dos participantes omitiram a resposta a esta questão, não especificando os motivos pelos quais a vítima terá contactado (ou não) as autoridades.

| <b>3.2.8. Formalizou oficialmente a queixa</b> |                            |                                |
|--|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>                               | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Sim  | 12                         | 6.0                            |
| Não  | 5                          | 2.5                            |
| <b>Total parcial</b>                           | <b>17</b>                  | <b>8.5</b>                     |
| Sem contato com polícia                        | 4                          | 2.0                            |
| Não aplicável                                  | 179                        | 89.5                           |
| <b>Total/n</b>                                 | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 42. Formalização/Não formalização da queixa (vitimação indireta).

Relativamente à formalização da queixa podemos verificar que das 17 vítimas que realizaram contacto com as autoridades (cf. Tabela 40), houve 12 (6%) que terão eventualmente procedido à formalização da queixa (cf. Tabela 42). Note-se que 5 sujeitos não terão feito essa formalização (2.5%).

| <b>3.2.8.a. SIM- formalizou a queixa porque:</b> |                            |                                |
|--|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>                                 | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Para prevenir                                    | 3                          | 1.5                            |
| Detenção do agressor                             | 2                          | 1.0                            |
| Confiança nas autoridades                        | 2                          | 1.0                            |
| Devido aos danos sofridos                        | 1                          | 0.5                            |
| Dever enquanto cidadão                           | 1                          | 0.5                            |
| Para resolução do caso                           | 1                          | 0.5                            |
| Seguradora                                       | 1                          | 0.5                            |
| <b>Total parcial</b>                             | <b>11</b>                  | <b>4.5</b>                     |

  

| <b>NÃO - não formalizou a queixa porque:</b> |                            |                                |
|--|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>                             | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| <i>Não justificam resposta</i>               | 5                          | 2.5                            |
| Sem contato com polícia                      | 4                          | 2.0                            |
| Não sabe/Não responde                        | 1                          | 0.5                            |
| Não aplicável                                | 179                        | 89.5                           |
| <b>Total/n</b>                               | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 43. Motivos para a formalização/não formalização da queixa (vitimação indireta).

De acordo com os participantes a formalização oficial da queixa serve vários objetivos entre eles “prevenir” (1.5%), a “deteção do agressor” (1%) ou ser resultante da “confiança

nas autoridades” (1%) (cf. Tabela 43). Outros sujeitos referiram que a formalização foi “devido aos danos sofridos” (0.5%), à necessidade de “resolução do caso” (0.5%) (e.g., “*ver se resolvia alguma coisa*”), “pela seguradora” (0.5%) ou porque se entender ser este “um dever enquanto cidadão” (0.5%).

Importa referir que não foram apontadas razões para a não formalização.

| <b>3.1.9. Medidas tomadas pelas autoridades</b>      |                            |                                |
|--|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>                                     | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Encaminhamento para o Ministério Público             | 2                          | 1.0                            |
| Encaminhamento para serviços de saúde                | 1                          | 0.5                            |
| Caso arquivado                                       | 1                          | 0.5                            |
| Registo da ocorrência                                | 1                          | 0.5                            |
| Tentativa de deteção do suspeito                     | 1                          | 0.5                            |
| Não especifica                                       | 5                          | 2.5                            |
| <b>Total parcial</b>                                 | <b>11</b>                  | <b>4.5</b>                     |
| Sem contato com polícia + Sem formalização da queixa | 4                          | 2.0                            |
| Não sabe/Não responde                                | 6                          | 3.0                            |
| Não aplicável  | 179                        | 89.5                           |
| <b>Total/n</b>                                       | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 44. Perceção das medidas tomadas pelas autoridades (vitimação indireta).

Tendo em consideração o grupo de inquiridos que mencionou que houve formalização da queixa, procurou-se averiguar qual seria a perceção das vítimas a respeito das medidas tomadas pelas autoridades (cf. Tabela 44). Assim, verificou-se que 5 dos participantes (2.5%) não conseguiram especificar que medidas foram tomadas pelas autoridades. Entre aqueles que referiram medidas tomadas pelas autoridades constam o “encaminhamento para o ministério público” (1%) (e.g., “*as autoridades levaram o caso a tribunal*”), o “encaminhamento para os serviços de saúde” (0.5%) (e.g., “*... ficou muito ferida*”), o “registo da ocorrência”, a “tentativa de deteção do suspeito” (0.5%) e a menção ao arquivamento do caso (0.5%). Restaram ainda os participantes que não sabem que medidas foram tomadas pela polícia, ou que simplesmente não respondem.

### 3.2.10. A vítima ficou satisfeita/Insatisfeita com essas medidas

| Respostas  | Frequência Absoluta | Frequência Relativa (%) |
|--|---------------------|-------------------------|
| Sim  | 5                   | 2.5                     |
| Não  | 2                   | 1.0                     |
| <b>Total parcial</b>                                 | <b>7</b>            | <b>3.5</b>              |
| Sem contato com polícia + Sem formalização da queixa | 4                   | 2.0                     |
| Não sabe/Não responde                                | 10                  | 5.0                     |
| Não aplicável  | 179                 | 89.5                    |
| <b>Total/n</b>                                       | <b>200</b>          | <b>100.0</b>            |

Tabela 45. (In)satisfação face às medidas tomadas pelas autoridades (vitimação indireta).

Procurou-se perceber o grau de (in)satisfação com as medidas supramencionadas (cf. Tabela 45), tendo-se apurado que dos 12 que pensam ter formalizado a queixa, 5 terão ficados satisfeitos com a atuação da polícia (2.5%) e 2 terão ficados insatisfeitos (1%).

#### 3.2.10.a. SIM- satisfeito com as medidas das autoridades porque:

| Respostas                     | Frequência Absoluta | Frequência Relativa (%) |
|-------------------------------|---------------------|-------------------------|
| Maior sentimento de segurança | 2                   | 1.0                     |
| Empenho da polícia            | 1                   | 0.5                     |
| Detenção do agressor          | 1                   | 0.5                     |
| Não específica                | 1                   | 0.5                     |
| <b>Total parcial</b>          | <b>5</b>            | <b>2.5</b>              |

#### NÃO- insatisfeito com as medidas das autoridades porque:

| Respostas  | Frequência Absoluta | Frequência Relativa (%) |
|--|---------------------|-------------------------|
| Não resolução do problema                            | 2                   | 1.0                     |
| <b>Total parcial</b>                                 | <b>2</b>            | <b>1.0</b>              |
| Sem contato com polícia + Sem formalização da queixa | 4                   | 2.0                     |
| Não sabe/Não responde                                | 10                  | 5.0                     |
| Não aplicável  | 179                 | 89.5                    |
| <b>Total/n</b>                                       | <b>200</b>          | <b>100.0</b>            |

Tabela 46. Motivos para a (in)satisfação com as medidas tomadas (vitimação indireta).

Os 5 participantes que mencionaram estar satisfeitos com as medidas tomadas pelas autoridades justificam essa percepção na obtenção de “maior sentimento de segurança” (1%) (e.g., “*transmitem segurança*”), pelo “empenho da polícia” (0.5%) (e.g., “*pelo esforço feito*”) ou a “detecção do agressor” (0.5%) (e.g., “*Sim, o assaltante foi apanhado*”). Os 2 indivíduos que possam ter-se sentido insatisfeitos podem estar a perceber dessa forma devido à “não resolução do caso” (1%) (e.g., “*apesar da queixa, não recebeu o dinheiro que lhe levaram*”).

## D. CONTROLO SOCIAL

O controlo social formal e os seus mecanismos geram, naturalmente, representações específicas na população que, assim, acaba por fazer uma atribuição de significados, sobretudo, àqueles que atuam no sentido de garantir esse controlo. Por isso, é imperativo que numa avaliação deste cariz se procurem captar as perceções das populações em relação ao posicionamento e à atuação dos agentes de segurança e das instituições a que aqueles pertencem.

Ora, esta parte do questionário permitiu aceder a informações relacionadas com a forma como as forças de segurança são percebidas pelos indivíduos pertencentes a esta comunidade. Assim, no que diz respeito à forma como é percebida a atuação dos agentes de autoridade, mais de metade da amostra (56.5%) considerou que os agentes trabalham de forma a garantir a segurança, “sempre” ou “quase sempre”. Não obstante, não podemos ignorar que um número bastante significativo de inquiridos (40.5%) apresentou a perceção de que os agentes de polícia “nunca” ou “quase nunca” fazem tudo para garantir a segurança naquela área da cidade (cf. Tabela 47).

| <b>4.1. Os agentes de autoridade garantem segurança</b> |                            |                                |
|---|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>  | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Sempre  | 39                         | 19.5                           |
| Quase sempre  | 74                         | 37.0                           |
| Quase nunca   | 51                         | 25.5                           |
| Nunca   | 30                         | 15.0                           |
| <b>Total Parcial</b>                                    | <b>194</b>                 | <b>97.0</b>                    |
| Não sabe/Não responde                                   | 6                          | 3.0                            |
| <b>Total/n</b>  | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 47. Perceções da ação dos agentes de autoridade.

Vejam-se agora (cf. Tabela 48), os argumentos que os inquiridos apresentaram para sustentar a opinião revelada anteriormente, a respeito da atuação policial no sentido de garantir a segurança das populações locais. No que se refere àqueles que afirmaram que os agentes fazem tudo para garantir a segurança “sempre” ou “quase sempre” (cf. Tabela 47), revelaram que haveria “esforço, com limitação de condições” (27.%) por parte das

forças policiais (e.g., “Fazem o que podem”; “Por vezes não atuam por falta de meios”). Outros (17%) alegaram haver “suficiente policiamento” (e.g., “Há policiamento”, “Eles vêm-se por cá”) e 12.5% dos inquiridos afirmou que os agentes de polícia apresentam “disponibilidade de apoio”.

| <b>4.1.1. SEMPRE OU QUASE SEMPRE - agentes garantem a segurança porque:</b> |                            |                                |
|---|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>  | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Esforço, com limitação de condições   | 54                         | 27.0                           |
| Suficiente policiamento   | 34                         | 17.0                           |
| Disponibilidade de apoio  | 25                         | 12.5                           |
| <b>Total parcial</b>  | <b>113</b>                 | <b>56.5</b>                    |
| <b>QUASE NUNCA OU NUNCA - agentes não garantem a segurança porque:</b>      |                            |                                |
| <b>Respostas</b>  | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Défice/Limitação de policiamento  | 69                         | 34.5                           |
| Ineficácia do controlo social formal  | 12                         | 6.0                            |
| <b>Total parcial</b>  | <b>81</b>                  | <b>40.5</b>                    |
| Não sabe/Não responde   | 6                          | 3.0                            |
| <b>Total/n</b>  | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 48. **Fundamentação das perceções da ação dos agentes de autoridade.**

No que diz respeito aos inquiridos que afirmaram que os agentes “nunca” ou “quase nunca” fazem tudo para garantir segurança (cf. Tabela 47), um número considerável de indivíduos (34.5%) alegou a existência de “défice/limitação de policiamento” (e.g., “Quando há polícias, é de carro”), alguns dos restantes sustentaram a sua opinião com a “ineficácia do controlo social formal” (6%) (e.g., “... também têm medo dos ladrões”), e 3% dos inquiridos acabou por não especificar o que estaria na base da sua perceção (cf. Tabela 48).

Passemos às respostas obtidas para a questão sobre a satisfação em relação à atuação dos agentes de autoridade. De acordo com o que é observável (cf. Tabela 49), alguns dos inquiridos (12.5%) consideraram-se “muito satisfeitos”, outros (40.5%) revelaram estar “satisfeitos”, ao contrário dos 24.5% de indivíduos que referiu estar “pouco satisfeito” com a atuação policial, enquanto 12.5% declararam estar “nada satisfeitos” com essa atuação.

| <b>4.2. Grau de satisfação em relação à atuação dos agentes de segurança.</b> |                            |                                |
|---|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>  | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Muito satisfeito  | 25                         | 12.5                           |
| Satisfeito  | 81                         | 40.5                           |
| Pouco satisfeito  | 49                         | 24.5                           |
| Nada satisfeito   | 26                         | 13.0                           |
| <b>Total Parcial</b>  | <b>181</b>                 | <b>90.5</b>                    |
| Não sabe/Não responde   | 19                         | 9.5                            |
| <b>Total/n</b>  | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 49. Grau de (in)satisfação quanto à ação dos agentes de autoridade.

Vejamos como os diferentes graus de satisfação em relação à atuação policial foram sendo fundamentados pelos inquiridos (cf. Tabela 50). Entre as justificações, encontram-se as que sustentam que os inquiridos se encontram “muito satisfeitos” ou “satisfeitos”, por considerarem que há “eficácia/eficiência na atuação” dos policiais (25%), a que se juntam os restantes, que afirmam haver respostas em “função dos recursos disponíveis” (12%), “prontidão de respostas” (5.5%) e “atuação proactiva/disponibilidade” (5%). Algumas das verbalizações dos inquiridos são reveladoras das suas perceções (e.g., “*Só não atuam por falta de meios*”; “*Eles trabalham para a segurança*”).

Já entre os inquiridos que responderam estar “pouco satisfeitos ou “nada satisfeitos” com a atuação da polícia (cf. Tabela 50), um número muito significativo (29%) referiu a “escassez/limitação de policiamento” como fundamento para a sua insatisfação ou reduzida satisfação. A “inércia/ineficácia” da polícia foi apontada por 5.5% e, em percentagens muito menores, outros inquiridos alegaram a “atuação tardia”, a “formação/experiência insuficiente” e a “atuação reativa ou por conveniência” das forças policiais. A ilustrar este grupo de opiniões extraídas dos participantes neste estudo, apresentam-se algumas das suas verbalizações (e.g., “*Há pouco policiamento*”; “*Não há polícias nas ruas*”; “*Não atuam por medo*”).

**4.2.1. MUITO SATISFEITO OU SATISFEITO- satisfação em relação à atuação dos agentes de segurança porque:**

| <b>Respostas</b>                    | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
|-------------------------------------|----------------------------|--------------------------------|
| Eficácia / Eficiência na atuação    | 50                         | 25.0                           |
| Função dos recursos disponíveis     | 24                         | 12.0                           |
| Prontidão de respostas              | 11                         | 5.5                            |
| Atuação proactiva / Disponibilidade | 10                         | 5.0                            |
| Formação / Experiência              | 2                          | 1.0                            |
| <b>Total parcial</b>                | <b>97</b>                  | <b>48.5</b>                    |

**POUCO SATISFEITO OU NADA SATISFEITO- insatisfação em relação à atuação dos agentes de segurança porque:**

| <b>Respostas</b>                     | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
|--------------------------------------|----------------------------|--------------------------------|
| Escassez / Limitação de policiamento | 58                         | 29.0                           |
| Inércia/Ineficácia                   | 11                         | 5.5                            |
| Atuação tardia                       | 2                          | 1.5                            |
| Atuação reativa ou por conveniência  | 2                          | 1.0                            |
| Formação / Experiência insuficiente  | 2                          | 1.0                            |
| <b>Total parcial</b>                 | <b>75</b>                  | <b>37.5</b>                    |
| Não sabe / Não responde              | 28                         | 14.0                           |
| <b>Total/n</b>                       | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 50. **Fundamentação (in)satisfação quanto à ação dos agentes de autoridade.**

Questionados a propósito do eventual recurso à ajuda de vizinhos, os inquiridos responderam (cf. Tabela 51) que o faziam “sempre” (6.5%) que necessário, “quase sempre” (15%), “quase nunca” (11%) ou “nunca” (66.5%). Note-se que um número muito elevado de sujeitos referiu nunca apelar ao apoio dos seus vizinhos, sendo consideravelmente reduzidas as percentagens daqueles que recorrem a esse apoio em situação de o necessitarem.

**4.3. Frequência com que os sujeitos recorrem à ajuda dos vizinhos**

| <b>Respostas</b>      | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
|-----------------------|----------------------------|--------------------------------|
| Sempre                | 13                         | 6.5                            |
| Quase sempre          | 30                         | 15.0                           |
| Quase nunca           | 22                         | 11.0                           |
| Nunca                 | 133                        | 66.5                           |
| <b>Total Parcial</b>  | <b>198</b>                 | <b>99.0</b>                    |
| Não sabe/Não responde | 2                          | 1.0                            |
| <b>Total/n</b>        | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 51. **Frequência do recurso ao apoio dos vizinhos.**

Poderá ver-se (cf. Tabela 52) como os inquiridos foram argumentando para fundamentar o recurso, ou não, à ajuda dos seus vizinhos.

| <b>4.3.1. SEMPRE OU QUASE SEMPRE – recorre à ajuda dos vizinhos porque:</b> |                            |                                |
|---|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>  | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Solidariedade/Apoio   | 20                         | 10.0                           |
| Confiança / Proximidade   | 13                         | 6.5                            |
| (Apenas) por necessidade  | 10                         | 5.0                            |
| <b>Total parcial</b>  | <b>43</b>                  | <b>21.5</b>                    |
| <b>QUASE NUNCA OU NUNCA- não recorre à ajuda dos vizinhos porque:</b>       |                            |                                |
| <b>Respostas</b>  | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Inexistência de necessidade   | 111                        | 55.5                           |
| Desconfiança ou evitamento de proximidade                                   | 19                         | 9.5                            |
| Evitamento de incómodo causado a outros                                     | 16                         | 8.0                            |
| Preferência por instâncias formais  | 3                          | 1.5                            |
| Inexistência de solidariedade/apoio   | 2                          | 1.0                            |
| <b>Total parcial</b>  | <b>151</b>                 | <b>75.5</b>                    |
| Não sabe / Não responde   | 6                          | 3.0                            |
| <b>Total/n</b>  | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 52. **Fundamentação do recurso ao apoio dos vizinhos.**

Assim, entre os que responderam recorrer “sempre” ou “quase sempre” à ajuda de vizinhos (cf. Tabela 51), 20 referiram fazê-lo pela existência de “solidariedade/apoio” na vizinhança (10.0%) ao contrário de 6.5% alegaram haver “confiança/proximidade” parta tal e 5% disseram fazê-lo mas “(apenas) por necessidade (cf. Tabela 52).

Já os inquiridos que haviam respondido “nunca” ou “quase nunca” fazerem uso do apoio dos vizinhos, um número considerável (55.5%) apontou a “inexistência de necessidade” para o fazer e, em número bem mais reduzido, alguns alegaram “desconfiança ou evitamento de proximidade” (9.5%), outros referiram “evitamento de incómodo causado a outros” (8%) e outros ainda, em muito menor percentagem, apontaram outros motivos que podem ser vistos na tabela 52.

Relativamente ao recurso à ajuda de entidades locais de apoio, alguns dos inquiridos revelaram a tendência predominante para não apelar a essa ajuda “nunca” (68.5%) ou “quase nunca” (7%), contrariamente a outros que responderam “sempre” (9%) ou “quase sempre” (13%), sendo claramente visível que este tipo de apoio é procurado por poucos

sujeitos desta comunidade (cf. Tabela 53). Vejamos, de seguida, como os participantes neste estudo fundamentam as suas respostas a respeito da eventual solicitação de apoio a entidades locais.

| <b>4.4. Frequência de solicitação de ajuda a entidades locais</b> |                            |                                |
|---|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>  | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Sempre  | 18                         | 9.0                            |
| Quase sempre  | 26                         | 13.0                           |
| Quase nunca   | 13                         | 6.5                            |
| Nunca   | 138                        | 69.0                           |
| <b>Total</b>  | <b>195</b>                 | <b>97.5</b>                    |
| Não sabe/Não responde   | 5                          | 2.5                            |
| <b>Total/n</b>  | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 53. **Frequência do recurso a entidades locais de apoio.**

Vejamos, de seguida, como os participantes neste estudo fundamentam as suas respostas a respeito da eventual solicitação de apoio a entidades locais.

De acordo com o observável no Tabela 54, dos sujeitos que responderam recorrer ao apoio de entidades formais “sempre” ou “quase sempre”, um número muito significativo (19%) justificou a sua resposta pelo facto de sentir, ou ter sentido alguma vez, essa necessidade de ajuda. Outros, em menor numero, alegaram “existência / acessibilidade de entidades” (2.5%), explicando que tais instituições existiam naquela área e eram acessíveis, como se pode constatar através de algumas das verbalizações das pessoas (e.g., “Quando é preciso eles ajudam”). Os restantes, em número ainda mais pequeno, referiram recorrer a essa ajuda por motivos como a “confiança/eficácia de respostas” (e.g., “Resposta rápida e eficaz”).

**4.4.1. SEMPRE OU QUASE SEMPRE – recorre a entidades locais porque:**

| <b>Respostas</b>                       | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
|--|----------------------------|--------------------------------|
| Existência de necessidade              | 38                         | 19.0                           |
| Existência/Acessibilidade de entidades | 5                          | 2.5                            |
| Confiança/Eficácia de respostas        | 1                          | 0.5                            |
| <b>Total parcial</b>                   | <b>44</b>                  | <b>22.0</b>                    |

**QUASE NUNCA OU NUNCA- não recorre a entidades locais porque:**

| <b>Respostas</b>                            | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
|---|----------------------------|--------------------------------|
| Inexistência de necessidade                 | 135                        | 67.5                           |
| Inexistência/Inacessibilidade das entidades | 2                          | 1.0                            |
| Desconfiança / Ineficácia de respostas      | 1                          | 0.5                            |
| Evitamento de auto exposição                | 1                          | 0.5                            |
| <b>Total parcial</b>                        | <b>139</b>                 | <b>69.5</b>                    |
| Não sabe / Não responde                     | 17                         | 8.5                            |
| <b>Total/n</b>                              | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 54. **Fundamentação do recurso ao apoio de entidades locais.**

Já no que diz respeito aos que afirmaram não recorrer a tais apoios, pode ver-se (cf. Tabela 54) que uma elevada percentagem de inquiridos explicou essa atitude com a “inexistência de necessidade” (67.5%), enquanto os restantes participantes apresentaram outras justificações, como “inexistência/inacessibilidade das entidades” (1%) (e.g., “*Quando precisei não tive ajuda*”), a “desconfiança/ineficácia de respostas” (0.5%) ou uma preocupação com o “evitamento de auto exposição” (0.5%). Note-se que 6% dos inquiridos acabou por não apresentar qualquer justificação, para uma ou para outra posição, relativamente ao possível apoio por parte de entidades locais.

No que se refere às entidades às quais os inquiridos afirmam ter já apelado, solicitando algum tipo de apoio, veja-se o Tabela seguinte.

| <b>4.4.2. Entidades a que recorre</b>   |                            |                                |            |
|---|----------------------------|--------------------------------|------------|
| <b>Respostas</b>  | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> | <b>n</b>   |
| Segurança Social  | 26                         | 13.0                           | <b>200</b> |
| Junta de Freguesia  | 16                         | 8.0                            |            |
| Serviços de saúde   | 15                         | 7.5                            |            |
| Associações/Comissões de apoio à vítimas                                      | 2                          | 1.0                            |            |
| Centro de Emprego   | 2                          | 1.0                            |            |
| Centro de Convívio  | 1                          | 0.5                            |            |
| Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) | <b>1</b>                   | <b>0.5</b>                     |            |

Tabela 55. **Recurso a entidades formais.**

Assim, relativamente às entidades de apoio formal a que os sujeitos podem eventualmente recorrer, ou a que já teriam recorrido (cf. Tabela 55) verifica-se um maior apelo a entidades como os balcões da Segurança Social (13%), a Junta de Freguesia (8%) e os serviços de saúde disponíveis no local (7.5%). De referir que, do total de inquiridos, 137 indivíduos afirmou não recorrer nunca a tais instituições, pelo que a esses esta questão não era aplicável.

Para melhor se perceber até que ponto os inquiridos eram suficientemente conhecedores daquela região e se estariam suficientemente enquadrados na comunidade, é pertinente que se passe à apresentação dos resultados referentes à parte do envolvimento comunitário.



## E. PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

A participação e o envolvimento comunitários são aspetos muito reveladores sobre o que se poderá estar a passar numa determinada comunidade, para além de fornecerem informação a respeito do possível compromisso, por parte da população local, quanto à colaboração na implementação de medidas estratégicas de mudança, e quanto à eventual cooperação com as forças de controlo social formal. Evidentemente, trata-se de uma importante componente a não descurar se se procura a definição de modelos que se coadunem com as mais modernas vertentes de garantia da segurança dos cidadãos.

Por isso, esta parte começa por averiguar há quanto tempo os inquiridos residem, trabalham ou estudam na área em análise para, ao longo desta última etapa de apresentação dos resultados, se passarem a analisar as questões mais ou menos associadas à ligação entre cada indivíduo e a comunidade em que se insere.

A partir dos dados recolhidos, constatou-se que um oitavo dos inquiridos (12.5%) está ligado àquela área urbana há 3 anos ou menos, muito embora a grande maioria dos participantes neste estudo (71.5%) tenham revelado pertencer àquela comunidade há 10 anos ou mais, o que pode estar relacionado com algumas das características da amostra, como é o caso da elevada média de idades (cf. Tabela 56).

| <b>5.1. Anos de residência/trabalho/estudo</b> |                            |                                |
|--|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>                               | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| 3 Anos ou menos                                | 25                         | 12.5                           |
| 4 a 6 Anos                                     | 19                         | 9.5                            |
| 7 a 9 Anos                                     | 13                         | 6.5                            |
| 10 Anos ou mais                                | 143                        | 71.5                           |
| <b>Total/n</b>                                 | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 56. Anos de residência/trabalho/estudo na comunidade.

Havendo um número tão elevado de sujeitos conhecedores daquela região há tanto tempo, vejam-se os resultados relativos às mudanças que, de acordo com ponto de vista dos inquiridos, poderiam melhorar a qualidade de vida naquela comunidade (cf. Tabela 57).

## 5.2. Mudanças para melhorar a qualidade de vida naquela área

| Respostas                                  | Frequência Absoluta | Frequência Relativa (%) | n   |
|--|---------------------|-------------------------|-----|
| Reabilitação urbana/Estradas e arruamentos | 66                  | 33.0                    | 200 |
| Menos poluição sonora e ambiental          | 36                  | 17.5                    |     |
| Mais serviços/Apoio social formal          | 29                  | 14.5                    |     |
| Mais espaços verdes/lazer                  | 26                  | 13.0                    |     |
| Mais estacionamento                        | 25                  | 12.5                    |     |
| Mais policiamento/segurança                | 18                  | 9.0                     |     |
| Educação/Civismo                           | 17                  | 8.5                     |     |
| Prevenção criminal/droga                   | 14                  | 7.0                     |     |
| Mais postos de trabalho                    | 9                   | 4.5                     |     |
| Mais população/turistas/movimento          | 8                   | 4.0                     |     |
| Mais iluminação pública                    | 4                   | 2.0                     |     |
| Mais comércio                              | 1                   | 0.5                     |     |
| Mais educação rodoviária                   | 1                   | 0.5                     |     |

Tabela 57. Mudanças percebidas para melhoria da qualidade de vida.

Tal como pode observar-se no Tabela 57, cerca de um terço dos inquiridos (33%) aponta a “reabilitação urbana/estradas e arruamentos” como um elemento que contribuiria para a melhoria da qualidade de vida das populações. Em menor número, seguem-se outras medidas como “menos poluição sonora e ambiental” (17.5%), “mais serviços/apoio social formal” (14.5%), “mais espaços verdes/lazer” (13%) e “mais estacionamento” (12.5%). Repare-se que outras medidas foram sendo apontadas, muito embora com uma frequência consideravelmente menor, como pode constatar-se através do Tabela 57.

Já no que se refere às mudanças sugeridas pelos inquiridos, no sentido de que houvesse mais segurança na sua comunidade de pertença (cf. Tabela 58), vejam-se os resultados que se seguem.

## 5.3. Mudanças para aumentar a segurança naquela área

| <b>Respostas</b>                           | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> | <b>n</b>   |
|--|----------------------------|--------------------------------|------------|
| Mais policiamento/segurança                | 179                        | 89.5                           | <b>200</b> |
| Prevenção criminal/droga                   | 14                         | 7.0                            |            |
| Educação/Civismo                           | 12                         | 6.0                            |            |
| Reabilitação urbana/Estradas e arruamentos | 4                          | 2.0                            |            |
| Mais serviços/Apoio social formal          | 4                          | 2.0                            |            |
| Mais iluminação                            | 2                          | 1.0                            |            |
| Mais postos de trabalho                    | 1                          | 0.5                            |            |
| Menos poluição sonora e ambiental          | 1                          | 0.5                            |            |
| Mais educação rodoviária                   | 1                          | 0.5                            |            |

Tabela 58. **Mudanças percebidas para aumentar a segurança.**

Note-se (cf. Tabela 58) que, sob o ponto de vista dos inquiridos, entre as medidas que permitiriam o aumento da segurança naquela área urbana, destaca-se a opção por “mais policiamento/segurança”, apontada por 89.5% dos participantes neste estudo. Imediatamente a seguir, muito embora com percentagens muitíssimo menores, refiram-se a aposta na prevenção do crime e em relação ao fenómeno das drogas – “prevenção criminal/droga” (7%) – e a aposta na “educação/civismo” (6%). Ainda através da observação do Tabela 58, pode verificar-se que há uma série de elementos considerados como importantes para aumentar a segurança naquela comunidade, embora tenham sido referidos com frequências consideravelmente menores.

Passemos agora a apresentar os resultados obtidos quando se questionaram os inquiridos a respeito da sua disposição para colaborar, no sentido de contribuírem para o aumento da segurança naquela área específica (cf. Tabela 59). Dos resultados, destaca-se a grande percentagem de sujeitos dispostos a colaborar “sempre”, tendo sido essa a resposta de mais de metade da amostra (57%), logo seguida pela disposição de colaborar “quase sempre” (16%). Os restantes indivíduos referiram a disposição de “quase nunca” colaborar (4.5%) ou de “nunca” prestarem qualquer colaboração (11.5%).

#### 5.4. Disposição para colaborar no sentido

| de que haja mais segurança |                     |                         |
|----------------------------|---------------------|-------------------------|
| Respostas                  | Frequência Absoluta | Frequência Relativa (%) |
| Sempre                     | 114                 | 57.0                    |
| Quase sempre               | 32                  | 16.0                    |
| Quase nunca                | 9                   | 4.5                     |
| Nunca                      | 23                  | 11.5                    |
| <b>Total Parcial</b>       | <b>178</b>          | <b>89.0</b>             |
| Não sabe                   | 18                  | 9.0                     |
| Omissões                   | 4                   | 2.0                     |
| <b>Total/n</b>             | <b>200</b>          | <b>100.0</b>            |

Tabela 59. Disposição para colaborar/não colaborar no sentido da maior segurança.

Para as respostas obtidas sobre a maior ou menor disposição para colaborar, foram solicitadas informações sobre o porquê das opções em cooperar ou não para um aumento da segurança (cf. Tabela 60).

| 5.4.1. SEMPRE OU QUASE SEMPRE - disposto a colaborar porque: |                     |                         |
|--|---------------------|-------------------------|
| Respostas  | Frequência Absoluta | Frequência Relativa (%) |
| Alertando para algo suspeito                                 | 130                 | 65.0                    |
| Como fosse necessário  | 12                  | 6.0                     |
| Patrulhamentos/Milícias populares                            | 3                   | 1.5                     |
| <b>Total parcial</b>   | <b>145</b>          | <b>72.5</b>             |
| QUASE NUNCA OU NUNCA - não disposto a colaborar porque:      |                     |                         |
| Respostas  | Frequência Absoluta | Frequência Relativa (%) |
| Não tem saúde/tempo  | 29                  | 14.5                    |
| Medo   | 2                   | 1.0                     |
| <b>Total parcial</b>   | <b>31</b>           | <b>15.5</b>             |
| Não sabe/Não responde  | 24                  | 12.0                    |
| <b>Total/n</b>   | <b>200</b>          | <b>100.0</b>            |

Tabela 60. Fundamentação para colaborar/não colaborar com as autoridades.

Observando a Tabela 60, pode constatar-se que os sujeitos dispostos a colaborar, “sempre” ou “quase sempre” para obtenção de mais segurança, um número muito significativo (65%) referiu fazê-lo através da chamada de atenção da polícia para algo menos regular, ou seja, esses indivíduos colaborariam “alertando para algo suspeito”. Outros não deixaram muito claro como o fariam, alegando que agiriam “como fosse

necessário” (6%) e outros ainda constituiriam “patrulhamentos/milícias populares” (1.5%), num registo que oscila entre a autodefesa e a justiça pelas próprias mãos.

Já os que afirmaram não estar na disposição de colaborar, respondendo “quase nunca” ou “nunca” (cf. Tabela 60), consideraram não ter saúde nem tempo para tal colaboração – “não tem saúde/tempo” (14.5%). Note-se que, embora numa percentagem reduzida (1%), alguns inquiridos referiram o “medo” de represálias como motivo para não estarem na disposição de colaborar.

Já no que à ligação à comunidade se refere, os inquiridos foram questionados sobre a força ou intensidade do vínculo que sentiam em relação à sua comunidade de pertença (cf. Tabela 61).

| <b>5.5. Ligação/Não ligação à comunidade</b> |                            |                                |
|--|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Respostas</b>                             | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Muito forte                                  | 99                         | 49.5                           |
| Forte  | 65                         | 32.5                           |
| Pouco forte                                  | 25                         | 12.5                           |
| Nada forte                                   | 11                         | 5.5                            |
| <b>Total/n</b>                               | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 61. **Presença / Ausência de ligação do indivíduo à comunidade.**

A observação dos valores que constam do Tabela 61 permite verificar que perto de metade da amostra (49.5%) afirmou ter uma ligação “muito forte” àquela comunidade, e 32.5% garantiu ter um vínculo “forte”. Pelo contrário, 12.5% dos sujeitos classificou a sua ligação à comunidade como “pouco forte” e 5.5% disse ter uma ligação que classificava como “nada forte”.

A fim de melhor se perceberem as respostas dadas à questão acabada de explorar, passou-se à busca das razões que poderiam estar subjacentes à maior ou menor ligação dos sujeitos à sua comunidade (cf. Tabela 62).

#### **5.5.1. MUITO FORTE OU FORTE - ligação à comunidade porque:**

| <b>Respostas</b>  | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
|---|----------------------------|--------------------------------|
| Gosto/Orgulho pela comunidade                                       | 89                         | 44.5                           |
| Reside/trabalha há muito tempo                                      | 68                         | 34.0                           |
| Nasceu/Cresceu na comunidade  | 4                          | 2.0                            |
| <b>Total parcial</b>  | <b>161</b>                 | <b>80.5</b>                    |
| <b>POUCO FORTE OU NADA FORTE – não ligação à comunidade porque:</b> |                            |                                |
| <b>Respostas</b>  | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
| Desconfiança das pessoas  | 12                         | 6.0                            |
| Ligação apenas por necessidade                                      | 9                          | 4.5                            |
| Más condições   | 9                          | 4.5                            |
| Reside há pouco tempo   | 6                          | 3.0                            |
| <b>Total parcial</b>  | <b>36</b>                  | <b>18.0</b>                    |
| Não sabe/Não responde   | 3                          | 1.5                            |
| <b>Total/n</b>  | <b>200</b>                 | <b>100.0</b>                   |

Tabela 62. **Fundamentação para a existência/ausência de sentimentos de pertença à comunidade.**

Assim, e de acordo com o que pode observar-se na tabela 62, as explicações dadas por aqueles que consideraram ter uma ligação “forte” ou “muito forte” à comunidade recaíram em grande número sobre o “gosto/orgulho na comunidade” (44.5%) e, com valores muito próximos, sobre a ideia de viver/trabalhar ali há muito tempo – “reside/trabalha há muito” (34%).

Já em relação aos que afirmaram que a sua ligação à comunidade era “pouco forte” ou “nada forte”, os argumentos apresentados passaram pela “desconfiança das pessoas” que ali habitam (6%), pela “ligação apenas por necessidade” àquele local e pelas “más condições”, como motivos apontados pelo mesmo número de indivíduos (4.5%). O facto de residirem há pouco ali foi referido por um número relativamente reduzido (3%) de inquiridos (cf. Tabela 62).

Após a apresentação de todos os resultados obtidos, é chegado o momento de se passar à sua análise reflexiva, para que se chegue a conclusões que permitam perceber o que ali se passa e apresentar sugestões para melhorar as condições de segurança daquela comunidade.

# Análise Reflexiva dos Resultados

---

Este estudo contou com a participação de 200 indivíduos de ambos os sexos, numa distribuição mais ou menos equitativa, muito embora com predomínio de sujeitos do sexo feminino. A média de idades dos participantes no estudo aponta para uma amostra envelhecida, à semelhança do que tem sido apontado pelo próprio Município (Rito & Nunes, 2012) como uma das características de Vila Nova de Gaia. Antecipa-se que, certamente, esta característica acabará por ter impacto junto de outros aspetos igualmente importantes para esta investigação.

Por outro lado, e ainda em relação às características da região em análise, é importante referir o protagonismo tantas vezes assumido pelos espaços físicos e pela sua estruturação/organização nas questões do crime e da (in)segurança, como tão bem foi sendo explorado por Jeffery (1999). De facto, ao consultarmos imagens referentes a Vila Nova de Gaia, encontramos fotografias muito apelativas e relacionadas com a histórica ligação da região às caves de vinho do Porto, mas também verificamos a frequência com que se vislumbra um casario disposto entre vias estreitas e distribuídas de forma algo labiríntica.

Contextualizada que está a região em termos de características que terão influência sobre o que aqui se analisa, é pertinente que se passe à discussão dos resultados, por via de uma reflexão em que se procuram convergências e divergências relativamente à fundamentação teórica do estudo. Assim, num movimento de análise comparativa, procurar-se-ão as inferências que nos permitirão extrair posteriormente as conclusões que possibilitarão implementar medidas práticas e eficazes de forma contextualizada e adequada.

Desde logo, e nesta amostra concreta, encontrou-se um elevado valor da média de idades dos participantes no estudo, bem como uma percentagem relativamente baixa de indivíduos solteiros, a par de uma escolaridade que, para mais de metade da amostra, não passou do 6º ano. Ainda relacionado com a idade média dos sujeitos, pode referir-se que perto de metade se apresentou como estando reformado, muito embora seja de salientar a percentagem de desempregados como um indicador de que aquela região se inscreve claramente no atual quadro económico-financeiro.

Dados os principais elementos de carácter sociodemográfico, vejamos agora o que se poderá extrair quanto à percepção de segurança/insegurança. Se mais de metade dos sujeitos revelou sentir que vive numa área segura, a verdade é que uma percentagem muito significativa afirmou o oposto, sentindo-se claramente numa região insegura. Este facto não deixa de ser preocupante já que, segundo Carrión (2002), este é um fator que afeta o desenvolvimento das regiões a vários níveis, para além de que poderá estar entre os elementos subjacentes ao medo do crime que, de acordo com Seabra (2005), influencia muito negativamente e de forma significativa a vida diária das pessoas.

Na sequência da constatação da sua percepção de in/segurança, os inquiridos revelaram algumas das razões que fundamentavam essa percepção havendo, em perto de um quarto da amostra, a sensação de presença de crime e/ou perigo, o que constitui, efetivamente, um elemento que condicionará certamente a forma como as pessoas se movem diariamente na sua comunidade de pertença. De facto, e tratando-se de uma população predominantemente idosa, isso reveste-se de particular importância, constatando-se um quotidiano que é forçosamente afetado por essa percepção, o que vem reforçar o que nos transmitem Carrión (2002) e Seabra (2005).

Ao que acaba de ser apontado, junte-se a sensação de que a criminalidade tem aumentado, referida por mais de 80% dos inquiridos. Ora, estes elementos interpretados conjuntamente levam-nos a depreender que a população de Vila Nova de Gaia pode estar a viver um clima percebido de uma forma que pode comprometer o seu bem-estar. Por outro lado, as justificações para o aumento do crime caíram maioritariamente sobre os problemas económicos e o desemprego, logo seguidos da constatação de ocorrência de crimes e da presença de problemas e conflitos. Ora, deve recordar-se que Dixon e Maher (2004) apontam que o controlo do crime (e logicamente a percepção desse controlo) melhora a vida das populações alimentando a sua qualidade. Por isso, estas informações podem constituir indicadores algo preocupantes.

Ainda no âmbito da percepção de segurança/insegurança, deve salientar-se que, dos crimes mais frequentemente percebidos pela população inquirida, destacam-se o furto e o tráfico de drogas, apontados por mais de 40% dos sujeitos, e o roubo referido por perto dos 40%. É ainda de destacar que, embora os crimes antes mencionados tenham sido os mais apontados, a verdade é que a lista dos que parecem ocorrer naquela região é bastante alargada. Tratando-se da percepção das populações, é certo que poderá haver

divergência entre estes dados e os oficiais. Mas a verdade é que isso também pode ser justificado pela percepção, por parte dos inquiridos, de crimes que nem sempre serão reportados. Além disso, ainda que haja algum viés, a verdade é que algo levará a que as populações apresentem esta forma de perceber a sua comunidade, pelo que também isto deveria ser alvo de reflexão por forma a ser trabalhado. Na verdade, é precisamente para que se tomem medidas ajustadas às percepções das populações, que diversas entidades (Direcção Geral de Administração Interna, 2009; United Nations Office on Drugs and Crime, 2006) recomendam estas análises.

Um aspeto deveras interessante prende-se com o facto de a percepção dos crimes mais frequentes não coincidir, de todo, com os crimes apontados como mais temidos, à exceção do roubo que também aqui surge entre os primeiros mencionados. Isto aponta claramente para a ideia de que nem sempre os crimes que ocorrem estão diretamente ligados ao medo do crime. Não obstante, é de salientar a variada gama de crimes apontados como temidos, e isso sim, relaciona-se com o medo do crime e, de acordo com Neme (2005), acaba por estar associado às modalidades de resposta das polícias. Mais uma vez, sobressai aqui a importância de avaliar as comunidades, numa parceria entre polícia e ciência, como é preconizado por instâncias como a North Atlantic Treaty Organization e a United Nations Office on Drugs and Crime (2006), sendo também reforçado por autores como Yuille (1986).

De acordo com a forma como a população inquirida percebe a sua comunidade, as condições que mais parecem favorecer o crime são, predominantemente, a pobreza e o desemprego, o consumo de drogas e de álcool, e o défice de policiamento. Note-se que o desemprego foi uma das características que se revelou algo significativa nos resultados de natureza sociodemográfica. Além disso, os principais elementos apontados parecem surgir com grande ênfase nas sociedades ocidentais contemporâneas, o que remete para as afirmações de Fischer e Green, (2004), quando referem que haverá, sobretudo em áreas com muita população (como é o caso das nossas cidades), condições que parecem favorecer a prática criminosa.

Quanto ao consumo de drogas, de que faz parte o consumo alcoólico e o das substâncias ilegais, trata-se de um fenómeno estreitamente associado ao crime, como tem vindo a ser confirmado por vários autores (Agra, 1996; Nunes, 2011; Parent & Brochu, 1999). Já no que se refere à percepção de um deficitário policiamento, pode haver aqui elementos que

efetivamente contribuam para essa percepção, ainda que as forças policiais se empenhem em que assim não seja. Então, certamente haverá algo a mudar para que tal percepção também se altere. Na verdade, a percepção das populações sobre a atuação policial pode ser alterada pela postura das próprias polícias, como referem vários autores e instituições (Community Oriented Policing Services, 2009; Cusson, 2000; Skolnick & Bayley, 2006).

No que às incivildades diz respeito, pode verificar-se que também elas se encontram presentes na região e são percebidas pela população inquirida, que salienta o ato de dispersar lixo nas ruas, o estacionamento caótico, os danos provocados a equipamentos públicos e o ato de urinar na via pública como algumas das observações mais frequentemente denunciadas neste estudo. Trata-se de um conjunto de ações que, recorde-se, Colmán e Souza (2009), tal como Brites (2010), apontaram como podendo gerar preocupação em relação à segurança.

Não havendo necessariamente uma relação causal, haverá certamente uma leitura do crime diferente após a vivência de uma situação de vitimação. Portanto, esta parte foi introduzida e revelou que um oitavo da população inquirida havia sido vítima de crime, e mais de 10% afirmou conhecer alguém que tivesse sido vítima de crime. Assim, podemos depreender que houve um número suficientemente significativo de vítimas e de pessoas que conheciam vítimas, nos últimos cinco anos. Refere-se aqui que se trata de percentagens significativas, porque são já suficientemente preocupantes.

Pelo que foi afirmado anteriormente, vejam-se mais pormenorizadamente os resultados a interpretar. O fenómeno da vitimação foi efetivamente vivenciado, quer de forma direta quer indiretamente, constituindo uma experiência relativamente presente. Dos 200 participantes deste estudo, 25 referiram ter sido vítimas de crime, que se traduziu, essencialmente em crimes como o furto, o roubo ou a burla. Esta constatação poderá ser particularmente importante se, atendendo a que a amostra deste estudo é maioritariamente constituída por pessoas idosas, pensarmos na importância de se revigorar o policiamento de proximidade junto desta população, numa perspetiva de valorização de programas como o do Apoio 65. Tal não significa que formas de vitimação mais próximas, envolvendo crimes interpessoais não possam ter tido lugar. Aliás, há referência por 3 participantes a situações de violência doméstica, o que não deixa de ser relevante pela vulnerabilidade presente na terceira idade. Congruente como exposto é perceber que os danos mais salientados pelas vítimas de crime foram os danos materiais,

decorrentes das tipologias de crimes praticados, não obstante poderem destes resultar, por vezes, outro tipo de prejuízos (físicos, psicológicos) decorrentes da violência envolvida (e.g., furto por esticção, roubo).

Contrariamente ao que poderíamos supor, o crime não é um fenómeno predominantemente noturno. A provar estão os resultados emergentes neste estudo que apontam o dia como o período de maior ocorrência de vitimação. Atendendo às tipologias de crime mais salientadas, é compreensível que a noite não fosse o período de maior registo de ocorrências. Os crimes são maioritariamente praticados na rua ou em locais de acesso público (16 casos), sendo favorecidos pela circunstância da vítima se encontrar só (16 casos) e perpetrados, sobretudo, por indivíduos estranhos à vítima (11 casos).

É importante salientar que se verificou uma assunção de responsabilidade social, revelada pelo contacto com as autoridades, em 18 dos 25 casos sinalizados e que referiram a existência de confiança depositada nas forças policiais. Desses indivíduos, 15 formalizaram a queixa que fundamentaram quer pela confiança na polícia, quer por razões relacionadas com os danos sofridos. Significa portanto, que aos olhos desta amostra a entidade policial não surge com uma imagem fragilizada, sendo importante trabalhar para manter e melhorar a perceção que o cidadão tem da polícia como uma entidade credibilizada pela população mais idosa. Não obstante, ver-se-á posteriormente que esta opinião se encontra numa elevada percentagem de inquiridos mas, em número não desprezável, encontramos uma opinião menos positiva.

A vitimação indireta surgiu mencionada por 21 participantes. Tal aspeto é tanto mais importante quando analisada a relação de proximidade que se mantém com essa pessoa e se percebe que a maioria é familiar (14 dos 21 identificados), o que pode mais facilmente abalar o sentimento de segurança dos participantes. Uma vez mais é o crime patrimonial que se destaca entre as ocorrências criminais. Estes crimes tenderam a ocorrer maioritariamente de dia (17 casos), em espaço público (rua e local de trabalho) (14 casos), cometidos sobretudo quando a pessoa se encontrava sozinha (16 casos) e principalmente por estranhos (11 casos).

A confiança nas autoridades, segundo os participantes, terá motivado que a maioria das vítimas (17 em 21 casos) contactasse as autoridades, sendo que 12 formalizaram a queixa na expectativa de prevenir outras situações ou obter algum tipo de resolução ou remediação das situações. A satisfação com as medidas tomadas pelas autoridades foi

referida por alguns dos participantes (5 dos 12 que formalizaram), surgindo a segurança, o apoio policial e a resolução do problema como aspetos valorados por esta amostra e que levaram os sujeitos a credibilizar as instâncias formais de controlo social.

Estes resultados, referentes a questões que se relacionam com a vitimação sofrida e nem sempre reportada, permitem-nos recordar alguns elementos teoricamente explorados. Mais concretamente, recorde-se que a atenção às vítimas permite aceder à criminalidade efetivamente praticada (Seabra, 2005), possibilita a perceção da visão da vítima sobre o fenómeno (Eckert, 2002) e potencia o desenvolvimento de um policiamento mais próximo das populações, das suas fragilidades e dificuldades, como se pode depreender a partir da leitura de autores como Skolnick e Bayley (2006), ou como Skogan e Frydler (2004).

Efetivamente, dos dados recolhidos através da administração do questionário, nomeadamente, a partir desta parte relativa à vitimação, foi possível perceber alguns padrões, como o predomínio de vítimas de furto e/ou roubo, com prevalência de danos materiais. Os crimes de que foram vítimas os inquiridos e os seus conhecidos ocorreram predominantemente durante o dia, passando-se essencialmente em espaços públicos, mais especificamente na rua, havendo também uma predominância de respostas que afirmaram que a vítima se encontrava só e que o ofensor lhe era estranho. Estes elementos podem eventualmente gerar um padrão que leve a cuidados mais focalizados em certos aspetos. Mas a parte da vitimação forneceu também informações referentes à forma como a vítima percebeu, ou percebe, a polícia e a sua atuação. Na verdade, constatou-se, a esse respeito, alguma dispersão de respostas o que nos leva discutir mais reflexivamente a parte seguinte, respeitante ao controlo social.

No que ao controlo social se refere, uma percentagem elevada de inquiridos referiu considerar que os agentes de autoridade fazem tudo para garantir a segurança das pessoas, sempre ou quase sempre. Não obstante, um número ainda significativo de sujeitos considerou que, efetivamente, os agentes de polícia não fariam tudo em prol da segurança. É ainda importante reparar que os argumentos usados por estes últimos se relacionam predominantemente com a constatação da existência de um défice policiamento. Este argumento, aliás, aparece também muito frequentemente verbalizado por aqueles que se mostraram pouco ou nada satisfeitos com a atuação policial. Ora, muito embora esta não seja a perceção prevalecente, ela emerge num número de inquiridos que torna pertinente averiguar o que isso pode implicar. Essa averiguação tem por trás o

imperativo de se gerar um clima de participação ativa e bidirecional entre polícia e cidadãos, numa perspectiva de policiamento mais próximo e voltado para as populações e para as suas fragilidades e necessidades, como preconizam autores como Cusson (2000), Skogan e Frydle (2004), Skolnick e Bayley (2006), entre outros. Quando se analisa a frequência com que os inquiridos dizem recorrer aos vizinhos em situação de necessidade, verifica-se que a maioria diz não o fazer, o que pode ser depois relacionado com o envolvimento comunitário. No entanto, parece haver aqui alguma discrepância, na medida em que a esse respeito um número elevado de sujeitos afirma sentir uma ligação forte ou muito forte à sua comunidade, sendo que perto de metade da amostra o justifica com o gosto e o orgulho de pertencer àquela. Por outro lado, o sentimento de pertença é também evidenciado pelos mais de 70% de participantes que se mostraram na disposição de colaborar no sentido de contribuir para o aumento de segurança na sua área urbana de pertença.

Os elementos que indiciam a presença e o desenvolvimento de sentimentos de pertença são extraordinariamente importantes, já que se trata de uma dimensão que contribuirá para a instalação de um modelo de policiamento mais adaptado à atual ideia de prevenção do crime (Skolnick & Bayley, 2006), constituindo-se num recurso muito poderoso (McMillan & Clavis, 1986) e favorecedor de sentimentos de proteção (Omoto & Snyder, 2002).

Ao que parece, sendo as polícias instituições que tanto têm investido na formação e na dedicação à melhoria das condições de segurança das populações, parecem não estar a transmitir essa imagem, pelo que se torna de facto fundamental ancorar as novas estratégias de policiamento ao que vai sendo revelado pelas populações locais. Por outro lado, essa adequação torna-se cada vez mais urgente, não só para aumentar a eficácia das ações policiais, como para melhorar a imagem que as populações têm das forças de segurança, bem como para cativar os cidadãos a participar e a compreender aquilo que se entende como um policiamento moderno, descrito por Bengochea, Guimarães, Gomes e Abreu (2004), entre outros. Trata-se de uma nova visão tão bem caracterizada por vários estudiosos e perseguida pelas polícias de diversos países. Esta nova visão também diminuiria as enormes dificuldades e pressões subjacentes ao árduo trabalho dos agentes policiais, tão claramente descrito (Territo & Vetter, 1981) como estando exposto a condições muito adversas e repletas de riscos.

Assim sendo, é possível concluir que apenas através de avaliações comunitárias estrategicamente selecionadas e calendarizadas, é possível repensar os modelos que regem as modalidades de ação policial e, saliente-se, rever os padrões comportamentais e as atitudes das populações face às polícias e respetiva atuação, perante a segurança e a prevenção. A aposta na formação contínua e complementar dos profissionais ligados à segurança, acompanhada de programas comunitários em que se privilegiaria o *empowerment* das populações, não esquecendo a repensar dos espaços com base numa abordagem centrada na prevenção criminal por via do planeamento arquitetónico, seriam apenas algumas das dimensões do trabalho a desenvolver a partir da avaliação alcançada pelos DLS's. Especificamente, e dada a média de idades desta amostra conjuntamente com o facto de se tratar de uma área urbana com população envelhecida, deveriam pensar-se os espaços de forma mais adequada aos idosos, em abordagens preventivas do crime que passassem pela informação acessível e ajustada a essa população, repensar no apoio à vítima de forma atual mas também ajustada à idade desta população. As abordagens, quer interventivas, quer preventivas, devem ser sempre adaptativas em função da comunidade específica.

# Referências

---

- Agra, C. (1996). *A experiência portuguesa: programa de estudos e resultados*. Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga.
- Bayley, D. (2006). *Padrões de policiamento* (2ª Ed.; R. Belmonte, Trad.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. (Original publicado em 1985).
- Bengochea, J., Guimarães, L., Gomes, M. & Abreu, S. (2004). A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. *São Paulo em Perspectiva*, 18 (1), 119-131.
- Blagden, N. (2012). *Policing and psychology*. London: SAGE.
- Brites, J. (2010). Percepção de risco e medo do crime na caracterização do espaço físico e social. *Psychologica*, 52(1), 315-325.
- Carrión, F. (2002). *Entre el crimen y el castigo. Seguridad ciudadana y control democrático en America Latina y el Caribe*. República Dominicana: Nueva Sociedad.
- Colmán, L. & Souza, R. (2009). Violência, sentimento de insegurança e incivilidade. *Revista Senso Comum*, 1, 38-49.
- Comando Metropolitano do Porto. (2012). *Relatório de informações. Criminalidade registada. Estatística criminal. Área da freguesia de Santa Marinha – Vila Nova de Gaia*. Porto: COMETPOR/PSP.
- Community Oriented Policing Services. (2009). *Community policing defined*. Washington, DC: US Department of Justice. Disponível em <http://www.cops.usdoj.gov/files/RIC/Publications/e030917193-CP-Defined.pdf>
- Cusson, M. (2000). La prévention du crime par la police: pratiques actuelles et orientations pour demain. *Revue de Droit Pénal et de Criminologie* (Février), 113-134.
- Direcção Geral de Administração Interna (2009). *Manual de diagnósticos locais de segurança. Uma compilação de normas e práticas internacionais* (M. Correia, Trad.). Lisboa: Ministério da Administração Interna. Disponível em <http://www.dgai.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/Manual%20Diagnosticos%20Locais%20de%20Seguranca.pdf>

- Dixon, D. & Maher, L. (2004). Containment, quality of life and crime reduction: policy transfers in the policing of heroin market. In T. Newman & R. Sparks (Eds.). *Criminal justice and political cultures. National and international dimensions of crime control* (pp. 234-265). Devon: Willan Publishing.
- Elison, K. (2004). *Stress and the police officer* (2<sup>nd</sup> Ed.). Illinois: Charles C Thomas.
- Eckert, C. (2002). Cultura do medo e as tensões de viver a cidade: narrativa e trajetória de velhos moradores de Porto Alegre. In S. Minayo, & C. Coimbra (Eds.). *Antropologia, saúde e envelhecimento* (pp. 73-102). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Ferreira, F. (2011). *Percursos, território e património: o caso de Vila Nova de Gaia*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: Universidade do Porto.
- Fischer, R. & Green, G. (2004). *Introduction to security* (7<sup>a</sup> Ed.). Amsterdam: Butterworth-Heinemann.
- Hirschi, T. (2002). *Causes of delinquency* (With a new introduction by the author). New Jersey: Transaction Publishers.
- Jeffery, R. (1999). *CPTED: past, present, and future*. Paper presented in 4<sup>th</sup> Annual International CPTED Association Conference. Ontario: Canada.
- Lisboa, M., & Dias, A. (2008). Organizações e meio envolvente: o caso do “policiamento de proximidade”. *VI Congresso de Sociologia. Mundos Sociais: Saberes e Práticas*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Magalhães, D. (2007). *Centros históricos do Porto e de Vila Nova de Gaia: continuidade ou demarcação*. Porto: Universidade do Porto. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5510.pdf>
- McMillan, D., & Chavis, D. (1986). Sense of Community: A Definition and Theory. *Journal of Community Psychology*, 14, 6-23.
- Neme, C. (2005). Violência e segurança: um olhar sobre a França e o Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, 25, 123-137.

- Nunes, L. (2010). O crime da globalização e a globalização do crime. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*, 7, 402-410.
- Nunes, L. (2011). *Droga-Crime: (Des)Construções*. Porto: Edições UFP.
- Nunes, L. & Trindade, J. (no prelo). *Criminologia: trajetórias transgressivas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- Omoto, A., & Snyder, M. (2002). Considerations of community. The context and process of volunteerism (abstract). *American Behavioral Scientist*, 45(5), 846-867.
- Parent, I. & Brochu, S. (1999). *Quand les trajectoires toxicomanes et délinquantes se rencontrent: des toxicomanes se racontent*. Montréal: RISQ.
- Paton, D., Violanti, J., Burke, K. & Gehrke, A. (2009). *Traumatic stress in police officers: a career-length assessment from recruitment and retirement*. Illinois: Charles C Thomas.
- Pereira, G. (2000). A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro em 1784, segundo um relatório de Luís Pinto de Sousa Coutinho. *Estudos & Documentos*, 5(9), 255-174.
- Rito, O. & Nunes, M. (2012). *Plano de desenvolvimento social 2012-2014*. Vila Nova de Gaia. Vila Nova de Gaia: Rede Social. Município de Vila Nova de Gaia. Disponível em <http://www.cm-gaia.pt/documentos/PDS.pdf>
- Sani, A. & Nunes, L. (2013). *Crime e vitimação. Polícia e análise de comunidades urbanas*. Porto: Edições UFP.
- Seabra, H. (2005). *Delinquência a preto e branco. Estudo de jovens em reinserção*. Porto: ACIME.
- Skogan, W., & Frydler, K. (2004). *Fairness and effectiveness in policing: the evidence*. Washington, DC: National Academies Press.
- Skolnick, J., & Bayley, D. (2006). *Policiamento comunitário* (A. Pinheiro, Trad.). São Paulo: EDUSP. (Original publicado em 1988).

- Souza, E., Minayo, M., Silva, J. & Pires, T. (2012). Fatores associados ao sofrimento psíquico de policiais militares da cidade do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 28(7), 1297-1311.
- Territo, L. & Vetter, H. (1981). Stress and police personnel (abstract). *Journal of Science and Administration*, 9(2), 195-208.
- United Nations Office on Drugs and Crime. (2006). *Compendium of United Nations standards and norms in crime prevention and criminal justice*. New York: United Nations.
- Yuille, J. (1986). *Police selection and training*. North Atlantic Treaty Organization Affairs Division. Boston: Martinus Nijhoff.